

MEIO AMBIENTE ORGANIZAÇÕES CIVIS
DENUNCIAM ÀS NAÇÕES UNIDAS O RISCO
ELEVADO DE ROMPIMENTO DA BARRAGEM
DA USINA DE COLÍDER, EM MATO GROSSO

STF A DISPUTA PELA CADEIRA DE LUÍS
ROBERTO BARROSO AFUNILA-SE ENTRE
JORGE MESSIAS E RODRIGO PACHECO. O
PRESIDENTE LULA PROMETE DECIDIR LOGO

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1384

R\$ 31,90

22 DE OUTUBRO DE 2025



basset
editora

O MINÉRIO É NOSSO?

COM RESERVAS SUBESTIMADAS DE **TERRAS-RARAS**,
O BRASIL VIVE O VELHO DILEMA: SER PROTAGONISTA
OU MERO EXPORTADOR DE MATÉRIA-PRIMA



Quando o
Brasil precisa,
o **BNDES** ajuda.





Saiba mais

Para combater os efeitos do tarifaço,
o BNDES está destinando, dentro do Plano Brasil
Soberano, **R\$ 40 bilhões** em crédito para empresas
exportadoras de todos os portes, além de garantias
para pequenas empresas que permitirão
alavancar até **R\$ 20 bilhões**.

Essas medidas apoiam quem produz e protegem
os empregos de milhões de brasileiros.
Porque nas horas boas e nas horas difíceis,
o BNDES está sempre junto.

BNDES. O parceiro de todas as horas.



O presidente dos EUA não esperou Netanyahu para assinar o acordo de paz no Egito. Pág. 40



6 A SEMANA

9 FRED MELO PAIVA

Seu País

16 MATO GROSSO Barragem de hidrelétrica pode colapsar

20 AGROECOLOGIA Produção despenca 56,3% por causa das mudanças climáticas

22 SÃO PAULO Programa de ensino integral tem excluído estudantes de baixa renda no estado

24 STF Jorge Messias desponta como favorito na sucessão de Barroso

26 JUSTIÇA Como funciona a primeira, e ainda única, vara especializada em casos de feminicídios

28 IA Não é tarde para regulamentar. Algoritmo não vota, isso cabe a nós

Economia

30 CRÉDITO Novo modelo viabiliza 111 bilhões de reais para o financiamento habitacional no Brasil

34 ADALBERTO VIVIANI

35 PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

36 TRABALHO A “pejotização” ameaça a sustentabilidade da Previdência Social

38 ANÁLISE Limitar a dívida pública é uma temeridade

Nosso Mundo

40 GAZA Após os 15 minutos de fama de Trump, começa a parte mais complicada do pacto de cessar-fogo

44 ALDO FORNAZIERI

45 CLAUDIO COUTO

46 FRANÇA Macron mantém o confronto e reconduz Lecornu, o breve, ao posto de primeiro-ministro



Plural

48 O LENNON ATIVISTA

POWER TO THE PEOPLE RECUPERA A FASE EM QUE O EX-BEATLE E YOKO ONO FLERTARAM COM A ESQUERDA RADICAL NORTE-AMERICANA

52 IDEIAS O que é experimental na literatura? 54 ARTE Mostra revisita a obra de Maria Bonomi 55 LIVRO O dilema de partir ou ficar 56 AFONSINHO 57 SAÚDE Por Arthur Chioro 58 CHARGE Por Venes Caitano

Capa: Pilar Velloso/
Midjourney V7

10

BILHETE PREMIADO
AS RESERVAS DE TERRAS-RARAS
OFERECEM UMA INDISPENSÁVEL
VANTAGEM COMPETITIVA AO BRASIL

basset

editoria

EDITORIA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

GERENTE COMERCIAL: Rosana Luiz Diniz

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

NOVOS PROJETOS: Demetrius Santos

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Edicase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto,

(71) 9617-8800/ Luiz Freire, (71) 9617-8815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoauréliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amélia de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010

www.actual.sp, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



PAZ SEM VOZ

✉ Por mais alvissareira que seja a iniciativa para solucionar o conflito em Gaza, não dá para confiar em uma proposta baseada na tutela estrangeira sobre a Palestina, no explícito interesse de Donald Trump em ganhar um Prêmio Nobel da Paz e na perda de território, uma vez que uma faixa na divisa com Israel continuaria desabitada. Os senhores da guerra não costumam retroceder em posições conquistadas, e parece que Benjamin Netanyahu já começa a desdizer alguns termos do acordo.

Adilson Gonçalves

✉ Benjamin Netanyahu e Donald Trump armam um cavalo de Troia. É espantoso o cinismo de alguns veículos de comunicação, que apresentam o premier de Israel e o ex-presidente dos Estados Unidos como artífices da paz. Só se for a paz dos cemitérios, dos quase 70 mil mortos em Gaza, além dos jornalistas, médicos e ativistas de direitos humanos que tombaram ao tentar ajudar o povo palestino.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos

✉ Eu duvido que o governo de Israel vá cumprir esse acordo.

Washington Oliveira

✉ Nada justifica um genocídio. Se quisessem derrotar o Hamas, deveriam ir atrás deles, não atacar os civis. Agora querem roubar o território dos palestinos.

Rose Gimenes

✉ Benjamin Netanyahu prolongou a guerra o quanto pôde, para não ser levado à Justiça pelos crimes que cometeu.

Antônio Caixeiro

✉ É trágico. A guerra produziu 70 mil mortes e, aparentemente, nada mudou. Benjamin Netanyahu continua no poder, o Hamas também... Não vejo nada muito promissor ao término desse conflito. Só a indústria bélica saiu vitoriosa.

Pedro Lopes

UMA QUESTÃO DE CLASSE

✉ Perguntem a esse vereador do Recife, que se opõe ao curso de Medicina para assentados e quilombolas, se algum dos médicos formados nas graduações convencionais das universidades públicas se dispõe a passar ao menos seis meses atendendo populações carentes no interior do Brasil. Quanta hipocrisia!

Cesar Augusto Hulsendeger

CONFERÊNCIA ESVAZIADA?

✉ Quem não vier à COP30 vai perder. O problema é que muitos preferem discutir a Amazônia no conforto do ar condicionado. Quem luta para preservar nossas riquezas somos nós, que vivemos aqui. Essa história de que está tudo caro é desculpa esfarrapada. Pagaram fortunas para se hospedar em Dubai e agora reclamam de tudo. Os preços em Belém já foram reduzidos, inclusive por decisão judicial. Não querem vir? Não venham. Mas não desqualifiquem a cidade.

Ana Oliveira

✉ O que é a COP30 perto do Círio de Nazaré, que reúne quase de 3 milhões de fiéis em Belém? Fala sério...

Janaína Salles

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Apagão na madrugada

Uma falha em uma subestação no Paraná, causada por um incêndio, interrompeu brevemente o fornecimento elétrico em todas as regiões do País na madrugada da terça-feira 14. A falta de luz durou entre oito minutos e uma hora. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, negou escassez no fornecimento. “Não é falta de energia, é um problema na infraestrutura (...) Quando se fala em apagão, a gente sempre se lembra daqueles tristes episódios de 2001 e 2021, que na verdade aconteceram por falta de energia e de planejamento. Hoje não, hoje temos muita energia.”

Poder/ Acabaram as aparências

O governo demite indicados dos traidores do “Centrão”



O Palácio do Planalto parece ter se cansado das sucessivas traições dos partidos do “Centrão” que ocupam cargos no Executivo, mas agem como oposição. A ministra Gleisi Hoffmann, das Relações Institucionais, deu início à exoneração dos indicados depois da derrubada da medida provisória que taxava *bets* e *fintechs*. São 368 afilhados das legendas, mas nem todos serão defenestrados. A intenção é demarcar terreno, mas manter alguns canais de diálogo. Por enquanto estão salvos, entre outros, os apadrinhados do deputado Arthur Lira, ex-presidente da Câmara, essencial na aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Para o governo, a derrubada da MP traça uma linha entre quem é minimamente confiável e quem entrou de cabeça na campanha eleitoral de 2026. As amea-

ças não tardaram e vão da ressurreição do projeto de anistia a pautas-bombas. Sem se identificar, uma liderança do “Centrão” soprou o seguinte no ouvido de jornalistas: “Se o governo acha que não precisa mais da gente, beleza. Estão contando com Senado e Judiciário”, diz esse deputado. “Só que (o governo) esquece que tem uma gama de projetos que, se a Câmara começar a pautar, fica insustentável.”

P.S.: A vingança do Congresso ainda está longe do fim. Os 63 vetos do presidente Lula ao chamado “PL da Devastação”, que flexibilizou as normas ambientais, foram derrubados pelo Senado. O Palácio do Planalto foi avisado com antecedência da derrota. O mais provável é que a pendenga entre o Legislativo e o Executivo acabe no Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, a boiada vai passar à vontade.

STF/ Fofoqueiros no banco de réus

Começa o julgamento do núcleo golpista das *fake news*

Na primeira intervenção do julgamento do núcleo golpista responsável pela divulgação de mentiras e desinformação a respeito do processo eleitoral e da independência da Justiça, o procurador-geral, Paulo Gonet, defendeu a condenação dos réus. “Foi por meio da contribuição desse núcleo de acusados que a organização criminosa elaborou e disseminou narrativas falsas quanto ao processo eleitoral, quanto aos poderes funcionais e às autoridades que os representam, dando surgimento e impulso à instabilidade

social ensejadora da ruptura institucional”, afirmou na manhã da terça-feira 14. Dos sete acusados, cinco integravam o Exército, na ativa ou na reserva: os majores Ailton Barros e Ângelo Denicoli, o subtenente Giancarlo Rodrigues, o coronel Reginaldo Abreu e o tenente-coronel Guilherme Almeida. Completam o núcleo Carlos Moretzsohn, presidente do Instituto Voto Legal, e Marcelo Bormevet, agente da Polícia Federal. Pelo andar da cartagem, os disseminadores de *fake news* terão muito tempo para tricotar, como “candinhas”, durante os banhos de sol da cadeia.



Barros, Denicoli, Rodrigues, Abreu, Moretzsohn, Bormevet e Almeida: as “candinhas” do golpe

Boi nuclear

A J&F, *holding* controlada pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, adquiriu por 535 milhões de reais a participação da Eletrobras na estatal Eletronuclear, responsável pela operação das usinas Angra I e Angra II. A aquisição deu-se por meio da Âmbar Energia, um dos braços do grupo. Segundo a empresa, a compra amplia e diversifica o portfólio de geração, que inclui usinas solares, hidrelétricas, termelétricas movidas a biodiesel, biomassa, biogás e gás natural. “A energia nuclear combina estabilidade, previsibilidade e baixas emissões”, afirmou Marcelo Zanatta, presidente da Âmbar.

Argentina/ ESMOLA E CHANTAGEM

TRUMP AMEAÇA SUSPENDER SOCORRO SE MILEI PERDER ELEIÇÃO

O presidente da Argentina, Javier Milei, foi à Casa Branca na terça-feira 14 beijar a mão de seu salvador. O almoço com Donald Trump aconteceu uma semana depois de os Estados Unidos terem lançado uma boia de 20 bilhões de dólares e impedido o derretimento completo do peso e do mercado acionário de Buenos Aires. Acossado por escândalos de corrupção – a irmã, Karina, é acusada de receber propina na compra

de remédios e seu grande trunfo eleitoral, José Luis Espert, viu-se obrigado a desistir da disputa por ligações com um narcotraficante –, Milei ganhou uma sobrevida. Pelo sim, pelo não, Trump achou por bem ser direto na chantagem aos argentinos. Caso o aliado seja derrotado nas eleições legislativas deste mês, ameaçou, a esmola de Washington deixará de pingar. “Se ele perder, não seremos generosos com a Ar-

gentina. Nossos acordos estão sujeitos a quem vencer a eleição. Porque, com um socialista, fazer investimentos é muito diferente.” Trump aproveitou a deixa para encaminhar algumas das contrapartidas a tanta generosidade. Quer que a Argentina se afaste da China, grande compradora de matéria-prima do país, e feche um acordo de livre-comércio com os EUA. Resta saber se os argentinos aceitarão a faca no pescoço.



O argentino foi paparicar o boss

A Semana

Maduro no alvo

A Casa Branca autorizou ações secretas da CIA na Venezuela, segundo informações divulgadas pelo jornal *The New York Times* e confirmadas pelo próprio Donald Trump. Isso incluiria “operações letais” contra o presidente Nicolás Maduro e outros integrantes do governo venezuelano. Na terça-feira 14, um barco próximo à costa do país caribenho foi bombardeado e os seis passageiros morreram. Os EUA alegam, sem provas, que tem atacado embarcações carregadas de drogas. Na quarta-feira 15, três bombardeiros B-52 sobrevoaram o Mar do Caribe. Washington não descarta a disparada de mísseis em território venezuelano. O objetivo é derrubar o atual governo.

Madagáscar/ A primavera dura pouco

Militares tomam o poder após a fuga do presidente

A exemplo das “Primaveras” árabes do início do século, os protestos liderados pela geração Z de Madagáscar não chegaram ao verão. Na terça-feira 14, militares rebel-

des anunciaram o controle do país depois da fuga do presidente, Andry Rajoelina, que havia fracassado em uma tentativa de dissolver o Parlamento. “Tomamos o poder”, afirmou o coronel Michael Randrianirina em cadeia de rádio. Não se sabe se e quando pretendem devolvê-lo aos civis. As manifestações começaram por causa de cortes no fornecimento de água e eletricidade, mas evoluíram para as críticas à corrupção e pelos pedidos de renúncia de Rajoelina. Confrontos com forças de segurança deixaram ao menos 22 mortos. Um dos países mais pobres do mundo, Madagáscar enfrenta sucessivos levantes desde sua independên-

cia da França, em 1960. As mais recentes revoltas, de 2009, levaram à queda do então presidente Marc Ravalomanana. Rajoelina emergiu justamente no vácuo do poder. Governou o país entre 2009 e 2014 e de 2019 a 2023, quando foi reeleito, em disputas marcadas por contestações e boicotes da oposição.



A revolta civil serviu de pretexto aos fardados



Las Vegas implora pela volta de canadenses e mexicanos

Estados Unidos/ DESVIO DE ROTA

AS MEDIDAS RESTRITIVAS DO GOVERNO TRUMP AFASTAM OS TURISTAS

“Por favor, venham. Amamos vocês, precisamos de vocês e sentimos sua falta”, implorou aos canadenses a prefeitura de Las Vegas, Shelley Berkley. As ameaças de anexação e as tarifas impostas por Donald Trump afastaram os vizinhos dos cassinos – e de outras partes dos Estados Unidos. “Temos um mercado muito grande com os canadenses, mas ele passou de

uma torneira aberta para um gotejamento”, insistiu Berkley em entrevista à BBC. “E o mesmo acontece com o México. Costumávamos ter vários grandes apostadores que agora não estão interessados em vir.” Em julho, pelo sétimo mês consecutivo, o setor de turismo na cidade registrou queda no número de visitantes. Foram 3,2 milhões no total, 12% a menos

em relação ao ano anterior. O turismo representa 3% do PIB dos Estados Unidos. O WTC, conselho mundial do setor, prevê uma redução de 12 bilhões de dólares no faturamento da cadeia norte-americana neste ano, em comparação com 2024. Segundo o WTC, os EUA serão o único país do mundo no qual os gastos de visitantes internacionais vão cair.

FRED MELO PAIVA

“Meu camisa 10”

► **Lula agradece ao atacante Bananinha, que tem feito o presidente subir na tabela. E desaparece um voto impresso - na testa - em favor de “Bolsonaro”**

Olá, estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! Os flatos que foram notícia no Brasil e no mundo. Donald Trump, de 79 anos, recebeu dose de reforço da vacina contra Covid-19, além de outra para gripe. Segundo seu veterinário, ele segue “exibindo forte desempenho cardiovascular, pulmonar, neurológico e físico”. O secretário de Saúde de Trump, Robert Kennedy Jr., é um ativista *antivax* e tem operado para desmantelar o sistema de vacinação.

IMAGENS FORTES DE SINCERIDADE, CUIDADO! Depois de defender a PEC da Blindagem, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL) justificou o voto favorável: “O MEU QUE TÁ NA RETA”. A declaração foi feita no *podcast* INTELIGÊNCIA LTDA., cujo nome presta homenagem aos entrevistados.

ESPORTES. Segundo informações de *O Globo*, Lula aproveitou uma oportunidade na última janela de transferência e tem agora o “MEU CAMISA 10”. É como o presidente estaria se referindo ao atacante Bananinha, o Banana Nanico, que atua nos EUA e tem feito Lula subir na tabela.

CULTURA. OU A FALTA DELA. O ódio contagiante do

Ultraje a Rigor fez nova vítima, o guitarrista da banda, Marcos Kleine. “Vivemos em um país que 90% tem (*sic*) algum auxílio sei lá o quê (*sic*)”, delirou Kleine. “A maioria viraram (*sic*) vagabundos profissionais”, mentiu. “Jovens viraram idiotas salvo exceções e temos um bandido na Presidência”, faltou com a verdade. “Juizes corruptos a mando do PT”, inventou. “Qual a chance de dar alguma coisa certo nessa merda?”

DENÚNCIA: VOTO AUDITADO DESAPARECEU. Durante as eleições de 2022, o frentista João Carlos da Silva tatuou “Bolsonaro” NA TESTA. “Fiz para ganhar seguidores”, mugiu, “mas o tatuador esqueceu de colocar meu arroba (*sic*) no vídeo.” Que acabou viralizando por obra do ator Bruno Gagliasso: “P*** que pariu, que idiota!”. Derrotado nas urnas e com o voto auditado na frente, pagou 4 mil reais para retirá-lo. Gagliasso encontrou o frentista no posto esta sema-

na e registrou seu novo velho visual. “Claro que me arrependi, porque foi na testa”.

RELIGIÃO. PAUSA PARA O TESTEMUNHO DA SEMANA. Mário, integrante da Seita, em referência aos condenados do 8 de Janeiro: “É muito angustiante a gente acompanhar todo esse processo brutal contra inocentes. A gente sabe, TODO MUNDO SABE, que quem quebrou tudo foi a esquerda. É tão escancarado”. Mário? Que Mário? O ex-ator Mário Gomes.

E ATENÇÃO PARA A MAIS PURA CAIPIROSKA DO BRASIL! Vítima que havia bebido em bar de São Paulo foi intoxicada por metanol. O dono do bar comprou a bebida numa fábrica ilegal. A fábrica ilegal comprou ETANOL para falsificar a bebida num posto de gasolina suspeito. O posto suspeito, por sua vez, adquiriu o etanol a bom preço, porque vinha misturado com METANOL. Né possível, só aí já tem uns 300 anos de perdão.

ERRAMOS. Em *post* nas redes sociais e nota enviada à *Folha de S. Paulo*, a Ordem dos Advogados do Brasil

criticou as investigações conduzidas pela polícia para o esclarecimento do assassinato de ODETE ROITMAN. Segundo a OAB, depoimentos como o de Heleninha não poderiam ser colhidos sem um advogado de defesa. “É um direito de toda pessoa.” NÃO VALE TUDO, portanto.

THAT’S ALL, FOLKS! Voltamos a qualquer momento com novas informações. NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO nunca desliga. •



Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série O Infiltrado. Autor dos livros O Atlético Vai ao Paraíso e Bandido Raça Pura.



BILHETE PREMIADO

AS RESERVAS DE TERRAS-RARAS
DÃO UMA VANTAGEM COMPETITIVA AO BRASIL.
SE O PAÍS SOUBER USÁ-LAS

por MAURÍCIO THUSWOHL

O recrudescimento da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, reavivada após Pequim restringir as exportações das chamadas terras-raras, hoje indispensáveis ao desenvolvimento tecnológico global, colocou o assunto de volta na agenda política e diplomática do Bra-

sil. Na quinta-feira 15, o chanceler Mauro Vieira teve a primeira reunião *tête-à-tête*, em Washington, com seu homólogo norte-americano, o secretário de Estado, Marco Rubio. O encontro é mais um movimento de aproximação entre os dois países após o início do “bromance” entre o presidente Lula e Donald Trump nos bastidores da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Os itens da pauta não foram totalmente reve-

lados, mas tanto a mídia brasileira quanto a dos EUA especulam que a criação de uma moeda dos BRICS, rechaçada pela Casa Branca, e a oferta de minerais críticos estariam entre os assuntos tratados.

As reservas brasileiras de terras-raras, um conjunto de 17 elementos químicos, entre outros minerais críticos, estão subestimadas. Ainda assim, pelo que se conhece hoje, o País ocupa a segunda posi-



Uma nova reserva descoberta em Araxá, Minas Gerais, amplia a oferta de minerais críticos. No primeiro encontro entre Vieira e Rubio nos EUA, o assunto não estava entre as prioridades



ção mundial e tornou-se central na corrida pela exploração, dado o virtual monopólio exercido pela China. O governo iniciou, faz tempo, uma conversa com os chineses acerca de investimentos, mas nunca fechou as portas a outras parcerias. O dilema continua o mesmo da nossa história econômica: desta vez, vamos atrelar a exploração a um projeto de desenvolvimento nacional ou manteremos a sina de meros exportadores de matéria-prima, destinados a colher as migalhas de um mercado bilionário e que vai determinar os vencedores da corrida pela supremacia no século XXI?

A disputa entre Washington e Pequim ganhou novos contornos após Trump anunciar a adoção de uma tarifa adicional de 100% sobre todos os produtos chineses a partir de 1º de novembro, além da proibição da exportação de “qualquer *software* crítico” ao país asiático. O republicano não gostou das novas restrições às exportações de terras-raras impostas em 9 de outubro pelo governo chinês, continuidade de um movimento iniciado em abril para limitar o comércio dos minerais entre terceiros sem autorização oficial. Líder mundial da produção de terras-raras, a China

responde atualmente por 70% do processamento dos minerais e fabrica 90% dos ímãs usados em diferentes setores, da indústria bélica aos *chips* de computadores, passando por celulares, automóveis e equipamentos hospitalares de alta complexidade. Segundo a norma divulgada pelo Ministério do Comércio chinês, qualquer aplicação em outros países de tecnologia relacionada às terras-raras exportadas precisa ser comunicada a Pequim, sob o risco de interrupção do fornecimento. A justificativa é a segurança nacional, mas na prática a regra cria o que o governo dos EUA qualificou como um entrave à comercialização multilateral de produtos essenciais. “O presidente Xi quer exercer um controle hostil das exportações de terras-raras”, declarou Trump. Depois de ameaçar cancelar o encontro com o presidente da China na Coreia do Sul, o republicano, bem a seu feitio, voltou atrás. “Eu e o presidente Xi iremos conversar. A tarifa adicional não precisa acontecer.”

Abre-se uma janela de oportunidade ao Brasil? Fonte diplomática ouvida por *CartaCapital* afirma que a discussão sobre minerais estratégicos ou terras-raras, ao menos por enquanto, não foi oficialmente incluída nos pontos a serem negociados com os Estados Unidos. Nada garante, porém, que o tema não venha à tona. Quando falou pela primeira vez, ain-

REPORTAGEM DE CAPA



Lula na inauguração da fábrica da BYD, montadora de carros elétricos. Xi Jinping limitou o comércio de minerais críticos extraídos no país e, por isso, Trump retomou a guerra tarifária com a China

da em Nova York, a respeito do encontro (nada) fortuito com Trump nos bastidores da assembleia da ONU, Lula garantiu que não haveria, da parte do Palácio do Planalto, nenhum “assunto proibido”. “Trataremos de tudo”, afirmou o brasileiro. “Os diplomatas norte-americanos já deixaram claro que a questão dos minerais, cedo ou tarde, entrará como um ponto sensível nessa pauta”, insiste a fonte. Embora ainda não tenha sido verbalizado por Trump ou Rubio, o interesse de Washington pelas terras-raras foi manifestado em julho pelo encarregado de negócios da Embaixada dos EUA no Brasil, Gabriel Escobar, durante reunião com empresários. Desde então, outras fontes reforçaram a cobiça. “A tensão na política comercial do governo Trump com o Brasil pode ser superada com foco em áreas de interesse mútuo, e certamente as terras-raras se encaixam nessa categoria”, afirmam, em artigo conjunto publicado recentemente em jornais brasileiros, os ex-embaixadores James Story e Ricardo Zuñiga. O “momento de incerteza” entre os países, escreveram, é favorável a “uma parceria pragmática” entre Lula e Trump que freie a liderança chinesa no setor. “A China domina a cadeia de abastecimento de elementos que todos os países precisam para alimentar o século XXI.”

Na disputa entre chineses e norte-americanos, o Brasil não precisa escolher um



lado, mas defender alguns princípios, afirma Clauber Leite, coordenador do Instituto E+, *think tank* brasileiro que atua para pautar discussões sobre transição energética e transformação verde da indústria. “O País demanda diversificação tecnológica, transferência efetiva de *know-how* e estabilidade de regras. A estratégia deve ser de multialinhamento ativo, firmando *joint-ventures* com cláusulas de condomínio intelectual, adotando padrões de rastreabilidade compatíveis com múltiplos mercados e usando nossa energia reno-

vável como trunfo”, destaca. Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, Gilberto Maringoni, vai na mesma linha. “O Brasil tem condições de dominar as cadeias produtivas do setor mineral a partir do conhecimento acumulado em quase um século de atividade industrial. Possuímos centros de pesquisa e universidades públicas capazes de gerar e intercambiar tecnologia para nos colocarmos de maneira soberana no mercado global. Um país com as dimensões do Brasil não tem de escolher lado, mas deci-

dir como se inserir para não se tornar dependente de um único mercado.”

Maurício Ângelo, fundador do Observatório da Mineração, alerta que qualquer estratégia nacional levará tempo para render frutos. “As cadeias de minerais críticos não mudarão da noite para o dia. A China não chegou no ponto em que está hoje por acaso, e não foi rápido. Se o desenvolvimento de uma política de produção for a escolha do Brasil, essa política precisará ser mantida ao longo de décadas”, sugere. É preciso ainda estar atento aos eventuais impactos socioambientais, ressalta. “Essa cadeia vai ser desenvolvida em quais áreas? Vai respeitar a exclusão de Terras Indígenas, territórios quilombolas e assentamentos rurais, ou não?”

A ausência de uma política nacional para o setor é vista pelo professor Ronaldo Carmona, da Escola Superior de Guerra, como a maior dificuldade para o País inserir-se de forma soberana na disputa pelo mercado global de minerais estratégicos. “Um fato positivo foi o anúncio da criação

OS INVESTIMENTOS NA EXPLORAÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS SOMARÃO 18,45 BILHÕES DE REAIS ATÉ 2029, CALCULA O IBRAM

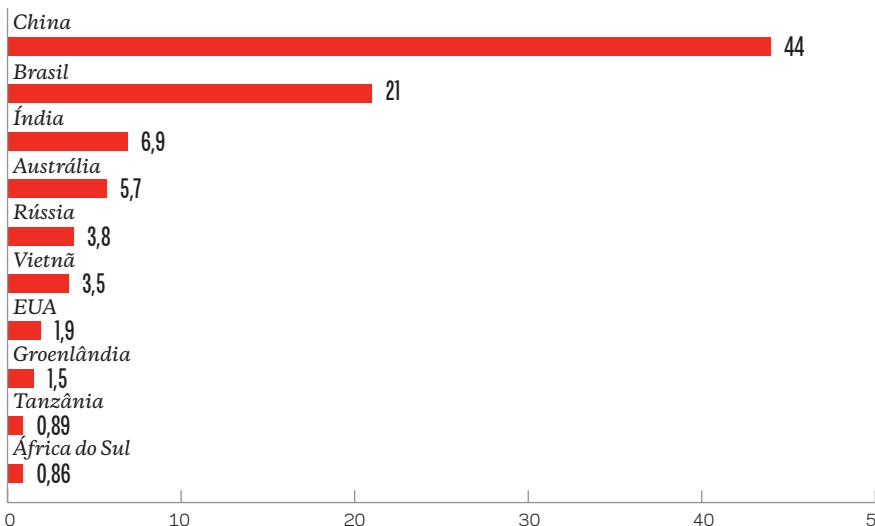
de um conselho sobre minerais críticos diretamente ligado à Presidência da República. Dados os inúmeros e complexos desafios envolvidos no estabelecimento de uma política nacional que abranja um conjunto de questões, essa necessidade é premente.” Carmona aponta os problemas relacionados à baixa prospecção do território brasileiro, que tem apenas 27% do subsolo mapeado. “Precisamos, nesse contexto de disputa mundial, proteger nossos ativos

estratégicos e impor limites e condicionantes ao acesso às reservas nacionais por parte de empresas estrangeiras, além de estruturar uma política de triagem de investimentos estrangeiros na área, especialmente aqueles voltados a aquisições predatórias de companhias brasileiras”, ensina.

Pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Mineração, os projetos relacionados ao setor no Brasil deverão receber aportes de 68,4 bilhões de dólares até 2029. A parcela prevista para investimentos na produção de minerais críticos e estratégicos nesse período é de 18,45 bilhões de dólares. Segundo o presidente da entidade, Raul Jungmann, vários países, além de blocos econômicos, têm buscado informações sobre o setor mineral brasileiro nos últimos meses. “Além de China e dos Estados Unidos, há interesse da União Europeia, Arábia Saudita, Inglaterra, Canadá e Austrália. Vários contatos estão sendo realizados e há in-

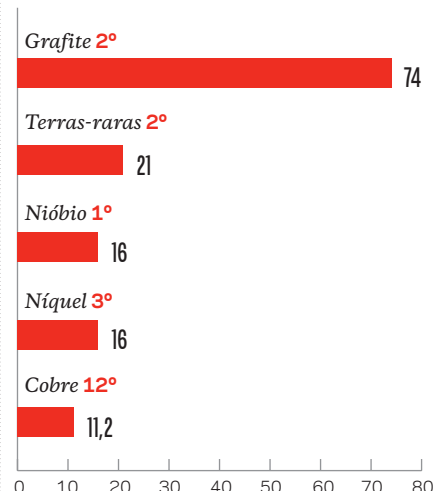
RIQUEZA ESTRATÉGICA

Maiores reservas de terras-raras do mundo (em milhões de toneladas)



Fonte: United States Geological Survey (USGS)

Reservas estimadas (em milhões de toneladas) e posição do Brasil no ranking global



REPORTAGEM DE CAPA

teresse pelos minerais estratégicos para várias finalidades, como a transição energética e a descarbonização.” Esses minerais integram a matéria-prima de baterias de lítio para veículos elétricos, painéis solares e turbinas eólicas, entre outros. Em 2024, de acordo com o Ibram, o setor exportou 3,64 bilhões de dólares, crescimento de 5,2% na comparação com o ano anterior. O resultado foi obtido graças à exploração iniciada no ano passado pela mineradora canadense Aclara Resources, que sob o nome Serra Verde explora terras-raras no município goiano de Minaçu e exporta toda a produção para a China. O plano da multinacional, que registrou um salto de 700% na produção no primeiro semestre de 2025, é extrair anualmente 5 mil toneladas de quatro tipos de argilas magnéticas essenciais para a fabricação de ímãs industriais: disprosio, itérbio, neodímio e praseodímio.

A expectativa de crescimento do segmento em um futuro breve aumentou com a provável entrada em cena de empresas nacionais e estrangeiras interessadas em explorar as jazidas descobertas em Minas Gerais (Araxá), Goiás, Amazonas e Rondônia. Em agosto, a Agência Nacional de Mineração e a Universidade Federal de Roraima anunciaram a descoberta da maior reserva de terras-raras do planeta, em uma área de 100 mil hectares no município de Caracaraí, que já despertou o interesse de inúmeros investidores. Outra grande jazida, no município mineiro de Poços de Caldas, será explorada pela empresa australiana Meteoric, fornecedora do Departamento de Defesa norte-americano.

Com um enorme potencial nacional nem sequer completamente mensurado e na corrida contra o relógio para inserir-se de forma competitiva na exploração, o governo brasileiro conta com diversas iniciativas em fase de estudos. Uma delas é a Política Nacional de Minerais Críticos



Silveira coordena no Ministério de Minas e Energia o plano nacional. Jardim é relator na Câmara do projeto de regulação do setor



e Estratégicos, em processo final de elaboração no Ministério de Minas e Energia, baseada em três eixos: o mapeamento geológico completo das jazidas nacionais, a ampliação da produção e a criação de uma cadeia tecnológica de transformação. O governo também iniciou discussões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para o financiamento de projetos sustentáveis no setor de minerais estratégicos. “Temos uma das matrizes energéticas mais limpas entre as grandes economias mundiais, além de reservas consideráveis de minerais essenciais à transição energética global”, declarou recentemente Gustavo Masili, coordenador de Minerais Estratégicos da pasta.

Em nota, o ministério afirma que “a

Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) encontra-se em fase de finalização e possui previsão de publicação ainda neste ano. A formulação da política vem sendo conduzida em articulação interministerial e com o Congresso Nacional, além de ouvir entidades do setor e a sociedade civil. A PNMCE tem por objetivo ampliar o conhecimento geológico, a pesquisa mineral e a produção de minerais críticos e estratégicos, além de estimular o desenvolvimento tecnológico e a transformação mineral, com foco na agregação de valor em território nacional”. Sobre a parceria com o BID, acrescenta: “O processo decorre de uma cooperação institucional, o instrumento em questão possui caráter estritamente técnico e consultivo, e visa disponibilizar estudos e diagnósticos que subsidiem o processo decisório nacional. O procedimento de seleção internacional de consultorias obedece às melhores práticas de governança e transparência, permitindo que o Brasil se beneficie de análises técnicas de excelência, sem qualquer renúncia à sua autonomia decisória”.

Outra iniciativa em debate é o Projeto de Lei 2.780, que cria a política nacional para minerais críticos e teve aprovado pela Câmara o regime de urgência, o que reduz o tempo de tramitação. Relator da proposta, o deputado federal Arnaldo Jardim, do Cidadania, apresentou, na terça-feira 14, as principais medidas, entre elas a adoção de metas e indicadores objetivos para o setor e a criação de instrumentos de fomento à produção e transformação dos minerais, entre outros. O projeto prevê ainda a criação de novos meios de governança, como o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos, o Fundo Garantidor da Atividade Mineral e o Programa Federal de Minerais Essenciais à Transição Energética, e de uma estatal para administrar o processo de exploração. “Vamos colocar o Brasil na vanguarda da nova economia verde, garantindo segurança na oferta de minerais críticos e impulsionando o desenvolvimento sustentável do País”, anuncia Jardim.

Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, o deputado Nílto Tatto, do PT, afirma ser fundamental a adoção de uma política estratégica, mas afirma “que não é o caso de levar agora” o PL ao plenário. “É necessária uma discussão aprofundada, não devemos aprovar no afogadilho. Vamos aguardar o resultado do grupo de trabalho criado pelo Executivo e trazer para a discussão a sociedade, a academia e os movimentos sociais”, sugere. O parlamentar recomenda ainda a realização de audiências públicas para promover um amplo debate a partir da perspectiva da soberania. Para Tatto, “o Brasil tem de superar a relação histórica com a exploração mineral, que sempre teve muito impacto social e ambiental sem agregar valor. Esse debate deve dialogar com o programa Nova Indústria Brasil desenvolvido pelo governo”. O País, ressalta o deputado, precisa agregar valor aos seus minerais: “É fundamental buscar parcerias internacionais. Não há preconceito em relação a investimentos que possam vir, desde que garantam uma nova visão aqui em relação à política de extração mineral, em especial daqueles que são fundamentais para a transição energética e o enfrentamento da crise climática. Não devemos ter problema

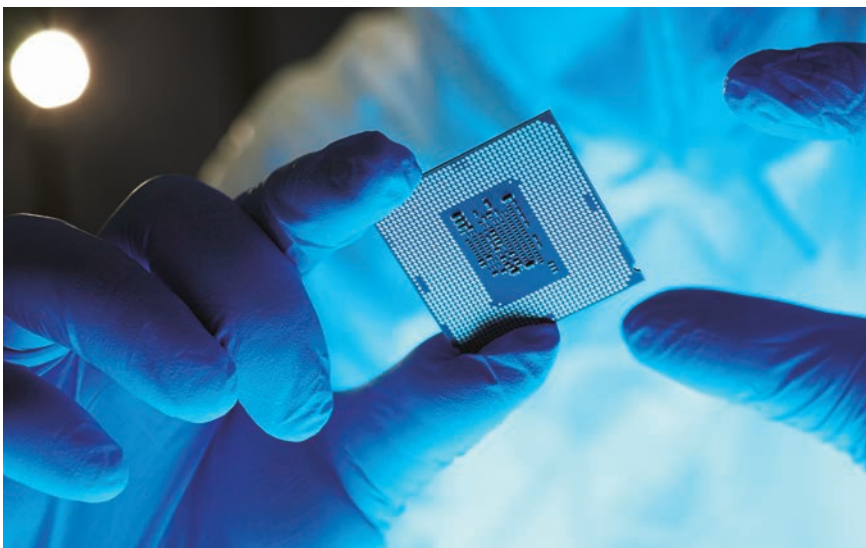
AS TERRAS-RARAS SÃO ESSENCIAIS PARA VÁRIOS SETORES, DA INDÚSTRIA DE DEFESA AOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

nenhum se esse investimento vier dos Estados Unidos, da China ou da Europa, desde que garanta que possamos manter uma estratégia de desenvolvimento, pesquisa e agregação de valor aqui no Brasil”. O petista é igualmente favorável à criação de uma estatal para o setor. “É preciso uma empresa que cumpra o papel que a Petrobras cumpriu historicamente, um lugar onde se pense uma política de Estado que perpassasse governos e que possa investir em pesquisa, ciência e tecnologia, acoplada a uma estratégia de industrialização”, diz.

O PL, avalia Maurício Ângelo, não defende a soberania nacional e aprofunda o modelo de concessão de incentivos

fiscais a mineradoras de capital privado. “Isso é uma tônica mundial, não é exclusividade do Brasil. Só que, no nosso caso, não há contrapartidas tecnológicas ou econômicas. Ao contrário, o que vem acontecendo é uma entrega, inclusive do mapeamento geológico em parceria com outros países. O mercado brasileiro tem sido historicamente dominado por multinacionais. Isso não mudou e vai se aprofundar com a proposta na mesa.” Por sua vez, Clauber Leite acredita que tanto o plano do ministério quanto o projeto em debate no Congresso “caminham na direção correta”, mas reclama da ausência de três itens para garantir uma inserção nacional soberana: metas vinculantes de agregação de valor atreladas a desempenho tecnológico e socioambiental, coerência regulatória com licenciamento ágil sem afrouxar salvaguardas e governança interministerial com orçamento e métricas de conteúdo tecnológico, intensidade de carbono e participação local.

A exemplo do pré-sal, as reservas de terras-raras são um novo bilhete premiado nas mãos de um país desde sempre bafejado pelas dádivas da natureza. Em outras oportunidades, o Brasil preferiu, no entanto, rasgar o bilhete ou doá-lo a terceiros a descontá-lo na boca do caixa. E agora? “O fato de possuímos reservas expressivas de terras-raras em meio ao aumento de sua demanda e do esgarçamento da disputa geopolítica global não nos garante muita coisa se não dominarmos a etapa de processamento industrial”, explica Maringoni. “Se não houver controle estatal, com indução, planejamento e financiamento de todas as etapas da cadeia produtiva, que inclui subsolo, reservas, extração, preservação ambiental, refino, transporte e comercialização, repetiremos o que acontece nos setores de mineração e petróleo. Ou seja, vamos reforçar o caráter primário-exportador e periférico de nossa economia, com mínimo efeito multiplicador interno.” •



As terras-raras compõem as matérias-primas para a fabricação de chips



Uma Mariana na Amazônia?

MEIO AMBIENTE Entidades civis denunciam à ONU os riscos de rompimento da usina de Colíder, em Mato Grosso

POR JAMIL CHADE

A hidrelétrica de Colíder, em Mato Grosso, está sob risco de rompimento e o Estado precisa agir de forma imediata para evitar um dos maiores desastres dos últimos anos na Amazônia. O alerta faz parte de uma denúncia enviada às Nações Unidas e obtida com exclusividade por *CartaCapital*. A usina fica no Rio Teles Pires, onde existem outras três grandes hidrelétricas em operação e, de acordo com o próprio relatório de impacto ambiental da Colíder, um eventual rompimento da barragem poderia gerar uma catástrofe em efeito dominó sobre os demais empreendimentos. A iniciativa partiu do Movimento dos Atingidos por Barragens de Mato Grosso, do Instituto Coletivo Proteja, da Associação Indígena DACE, gerida pelo povo Munduruku, que vive no baixo Rio Teles Pires, e do Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso.

A denúncia incorpora uma iniciativa do Ministério Público do Mato Grosso, que ingressou na Justiça com um processo de desativação da usina. Na carta a Pedro Arrojo-Agudo, relator especial da ONU para o direito humano à água e saneamen-

to, as entidades afirmam que a situação “se configura como uma emergência socioambiental, coloca em risco a vida de milhares de pessoas, a integridade de ecossistemas vitais e a sobrevivência de povos indígenas e comunidades tradicionais”. As entidades basearam-se em relatórios técnicos, ações judiciais e no testemunho das populações diretamente afetadas, que, há décadas, “sofrem com os impactos de um modelo de desenvolvimento predatório”.

O risco, segundo eles, seria de um “desastre de proporções catastróficas, requerendo a adoção de medidas imediatas para garantir a segurança das populações e a responsabilização dos agentes envolvidos”. A ação tem como objetivo colocar pressão máxima sobre as auto-

“Emergência socioambiental”, alertam os proponentes da ação nas Nações Unidas



ridades brasileiras. As entidades pedem ao relator da ONU uma recomendação de desativação imediata das operações da usina, nos termos da Ação Cautelar movida pelo Ministério Público de Mato Grosso, até a segurança da estrutura ser garantida por uma auditoria independente e a reparação integral dos danos socioambientais estar assegurada. Solicitam ainda a elaboração e a implementação de um Plano de Descomissionamento, que prevê a desativação segura da hidrelétrica, com ampla participação das comunidades atingidas, garantindo a reparação dos danos e a recuperação socioambiental da bacia do rio, além da criação de canais acessíveis de comunicação com os moradores e uma revisão das licenças de operação de todas as usinas na região.

O Teles Pires, um dos formadores da bacia do Rio Tapajós, é hoje um dos mais im-



pactados por hidrelétricas na Amazônia. Em menos de uma década, quatro grandes usinas – Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel – foram instaladas, convertendo corredeiras e cachoeiras em uma sequência de reservatórios. “Em nome de um suposto progresso energético, consolidou-se um rastro de impactos sociais e ambientais”, denunciam as entidades.

No documento, os solicitantes dizem que a construção das barragens ocorreu com “violações sistemáticas de direitos”. “Foram atingidos povos indígenas, pescadores, assentados da reforma agrária e moradores de mais de dez cidades na área de influência direta dos empreendimentos, em dois estados: Pará e Mato Grosso.”

Uma das áreas atingidas é Karobixexe, a Cachoeira Sete Quedas, considerada “casa sagrada” pelo povo Munduruku. Du-

Fragilidade. O documento incorpora uma investigação do Ministério Público e aponta falhas na manutenção da usina. Os Munduruku dependem do rio para sobreviver



Impacto. A barragem diminuiu a variedade de peixes e ameaça a existência de outros espécimes

rante as obras, foram encontrados mais de 200 mil artefatos arqueológicos, prova de ocupação milenar. Ainda assim, a cachoeira foi dinamitada. Além de Karobixexe, outro local sagrado foi destruído na região, Deko ka'a, conhecido como Morro dos Macacos, relacionado à "Mãe dos Animais", impactado pela hidrelétrica de São Manoel. Para os indígenas, a destruição de Sete Quedas e do Morro dos Macacos atingiu a espiritualidade e a cultura Munduruku. "Esses lugares são marcos de memória e identidade coletiva. Sua perda configura grave violação de direitos humanos e aprofunda um ciclo de expropriação nos territórios", escrevem na denúncia.

Os impactos são também econômicos. A implantação do complexo deixou mais de 200 famílias de agricultores, assentados da reforma agrária, sem indenizações justas. Suas terras, segundo a carta, foram inundadas pelo reservatório de Sinop. O documento aponta ainda a recorrente mortandade de peixes, o que afeta a alimentação e a renda das comunidades ribeirinhas. "Espécies ameaçadas estão sob risco. Primatas recém-catalogados pela ciência na região, como o *Plecturocebus grovesi* e o sagui-de-Schneider (*Mico schneideri*), também estão em risco. Alterações no regime hídrico e a degradação da qualidade da água impactam a fauna e a flora em toda a bacia."

Um efeito inesperado é o aumento da violência na região. Estudos independentes realizados pelo Fórum Teles Pires constataram o agravamento do fenômeno em municípios vizinhos após a instalação do complexo, com aumento de homicídios, lesões corporais e estupro em cidades como Alta Floresta, Sinop e Paranaíta. "O padrão se repete em outros grandes empreendimentos na Amazô-



nia, desmentindo a narrativa desenvolvimentista que promete melhora de vida aos territórios impactados", prossegue o texto. No caso específico da usina de Colíder, a hidrelétrica seria o "capítulo mais recente e alarmante" desse histórico de violações. "Desde a construção, a usina apresenta problemas estruturais que culminaram no atual estado de emergência", anotam os demandantes.

O documento cita o relatório técnico do Centro de Apoio Técnico à Execução Ambiental, do Ministério Público de Mato Grosso, que identificou falhas críticas no sistema de drenagem da barragem: erosão interna, rompimento

de drenos e sobrepressão em diversas estruturas, indicando risco potencial e iminente de ruptura. "Em um cenário extremo, um rompimento em Colíder pode atingir as usinas de Teles Pires e São Manoel, em efeito cascata."

Entre 22 e 27 de agosto, uma vistoria examinou 70 tubos de drenagem da barragem. Do total, 14 estavam sem medidores de pressão. Outros 55 não tinham telas ou filtros para conter a água turva. Em 18 tubos havia arraste de sedimentos. Cinco tubos estavam rompidos e três, obstruídos.

A chamada Zona de Autossalvamento, área que precisa ser evacuada em caso de emergência, como um rompimento, está



incompleta. Das 181 edificações mapeadas, 131 não foram encontradas nas visitas de campo, segundo relatório dos procuradores. “O sistema de alerta depende apenas de sirenes móveis, o que aumenta o risco e reduz a nitidez das orientações à população”, descreve a denúncia.

Diante da gravidade da situação, o Ministério Público recomendou a elaboração de um estudo técnico para avaliar alternativas, entre elas a desativação da usina, de acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens. Faltam, dizem as entidades, um diagnóstico a respeito da origem das falhas e uma avaliação integrada dos impactos

Os movimentos e o Ministério Público defendem a desativação da hidrelétrica

Para evitar o pior. As organizações civis avisam: o rompimento da usina seria um desastre de grandes proporções

cumulativos das usinas no Teles Pires.

Em resposta, a Eletrobras iniciou o rebaixamento do reservatório. As entidades alertam, no entanto, que a medida foi adotada sem diálogo com as populações atingidas e tem gerado impactos ambientais e sociais.

Os grupos da sociedade civil afirmam que o histórico de problemas da usina não se limita às falhas atuais. “Durante a construção, ocorreram acidentes de trabalho, inclusive com a morte de operários, e irregularidades trabalhistas e ambientais. Esse passivo antecipou os riscos hoje denunciados e exige auditoria independente, transparência e medidas imediatas de prevenção e reparação.” Na denúncia à ONU, as entidades alertam: “Há risco à vida e à segurança de milhares de pessoas que vivem ao longo do Rio Teles Pires, abaixo das barragens, sem plano de evacuação nítido nem sistema de alerta eficaz, o que aumenta a vulnerabilidade de comunidades indígenas, pescadores, assentados e populações urbanas”. E insistem: “O direito humano à água e ao saneamento é afetado pelo rebaixamento do reservatório e pela piora na qualidade da água, com carreamento de sedimentos e decomposição de matéria orgânica”.

Para as entidades, a situação da Colíder é um “retrato da negligência do Estado brasileiro e da ganância das empresas do setor elétrico, que continuam a lucrar sobre a violação de direitos e a destruição da Amazônia”. Mais: “A iminência de um desastre no Rio Teles Pires não é um fato isolado, mas o resultado de um modelo de desenvolvimento que ignora os custos sociais e ambientais em nome do lucro. A vida de milhares de pessoas e o futuro de um ecossistema vital estão em jogo”. •

Clima hostil

ALIMENTOS Pesquisa aponta queda de 56,3% na produção agroecológica por causa de eventos climáticos extremos

POR FABÍOLA MENDONÇA

Responsável por 74% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, segundo o Observatório do Clima, a produção de alimentos é também um dos setores mais impactados pela crise climática. O problema afeta, inclusive, a agroecologia, modelo de produção voltado à preservação ambiental, que abrange desde o manejo do solo e o plantio até a colheita e a comercialização. Uma pesquisa inédita realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em parceria com a Fiocruz, apontou uma redução de 56,3% na geração de alimentos agroecológicos e perdas de 48,1% dos produtos em decorrência de eventos climáticos extremos no País.

O estudo apontou ainda o desaparecimento de 36,2% das espécies vegetais nativas e de 30,4% da fauna local, provocando desequilíbrios nos sistemas agroalimentares e perda biocultural. Esses impactos contribuíram para um aumento de 12,3% nos casos de adoecimento entre os rebanhos e criações nas mais de 500 experiências analisadas no mapeamento. A versão em português da pesquisa foi apresentada durante o Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado de 15 a 18 de outubro em Juazeiro, na Bahia.

A piora na qualidade do ar foi relatada por 42,9% dos entrevistados, especialmente entre moradores de grandes cen-

tros urbanos ou de áreas próximas à mineração. “Os grandes grupos – dos setores alimentar, mineral e energético – têm construído o que chamam de respostas para o problema das mudanças climáticas, mas que nós entendemos como falsas soluções, pois se baseiam quase exclusivamente em tecnologias e pouco dizem sobre as causas reais da crise climática. Apostam fortemente em processos de descarbonização, mas pouco discutem como esse gás chega à atmosfera”, ressalta Helena Lopes, pesquisadora da Fiocruz e integrante da ANA.

Com o título *Agroecologia, Território e Justiça Climática*, o estudo também registrou aumento de 34,4% nos casos de enfermidades associadas às mudanças climáticas, como doenças cardíacas, queda na imunidade e transtornos mentais. A elevação da temperatura impacta diretamente o acesso à água e compromete a produção agroecológica.

O minucioso estudo foi apresentado no Congresso Brasileiro de Agroecologia, em Juazeiro (BA)



Na Amazônia e no Nordeste, os índices de percepção sobre o aumento da temperatura ficaram acima da média nacional: 81% e 82%, respectivamente. São regiões que também expressaram grande preocupação com o avanço da aridez. “Estamos diante de processos distintos de desertificação na Amazônia e no Semiárido, cada qual com suas condições ecológicas específicas, mas que compartilham aspectos importantes e trazem muitos aprendizados”, afirma Lopes, que destaca a experiência exitosa das cisternas implantadas na Caatinga. “Os biomas têm desempenhado papéis diversos na mitigação e adaptação às mudanças do clima. No contexto da agroecologia, ao pensarmos no Semiárido, é essencial adotar o paradigma da convivência com as condições climáticas locais, o que pressupõe a articulação



de diferentes tecnologias sociais adequadas ao bioma, ao território e à paisagem, como é o caso das cisternas de captação de água da chuva. São soluções que vêm sendo adaptadas com êxito em outras regiões do País, como observado no território dos Pampas”, explica a pesquisadora.

Os impactos da crise climática sobre a agroecologia tendem a agravar a insegurança nutricional, lamenta Lopes. “As mudanças no clima comprometem a capacidade produtiva e indicam uma preocupante perspectiva de escassez de alimentos de qualidade”, avalia. “Há uma oferta crescente de produtos ultraprocessados e industrializados que, apesar de desempenharem um papel em situações de fome extrema, também contribuem para o adoecimento da população”, acrescenta. Pelo menos 35% das experi-

Queixa. Seis em cada dez agricultores reclamam da falta de apoio estatal para a produção de alimentos saudáveis

ências mapeadas no estudo dedicam-se à produção, beneficiamento, acesso a alimentos e ampliação de mercados, refletindo o papel fundamental da agroecologia na promoção da soberania alimentar.

Dos mais de 20 mil entrevistados, ao menos 60% apontaram as grandes corporações – em especial, o agronegócio – como principais responsáveis pelas mudanças climáticas nos territórios onde vivem, com impacto direto sobre a produção agroecológica. “Esse modelo empresarial extrai da natureza todos os seus bens comuns. E não será dentro desse sistema que alcançaremos a justi-

ça climática ou conseguiremos reverter o cenário atual”, afirma Roselita Victor, da Coordenação da Articulação do Semiárido (ASA). “No campo da energia renovável, é preciso repensar os formatos adotados, pois, do jeito que está sendo implementada, essa transição tem expulsado famílias agricultoras de seus territórios, justamente aquelas que preservam a natureza. Toda essa reversão, essa crise climática que estamos enfrentando, não foi provocada pelos pequenos produtores.”

A pesquisa destaca a urgência de investimentos em políticas públicas, uma vez que 62,8% dos entrevistados não têm acesso a programas específicos voltados à agroecologia. O estudo também aponta caminhos sobre como esse modelo pode contribuir no enfrentamento das mudanças climáticas. Para 31,4% dos participantes, a conservação da agrobiodiversidade e a permanência nos territórios são estratégias fundamentais para a preservação ambiental. Isso inclui a proteção de sementes, de espécies nativas, de sistemas agroflorestais e das práticas de regeneração ecológica, como o manejo sustentável do solo.

“Na agroecologia, trabalhamos fortemente com a perspectiva dos territórios. Atuamos com a agricultura familiar, os povos indígenas, comunidades quilombolas, o que se traduz num processo de democratização dos sistemas alimentares, no sentido de garantir que alimentos saudáveis cheguem às populações em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, crianças em fase de crescimento nas escolas”, explica a pesquisadora da ANA. “Por isso, há toda uma estratégia de integrar mercados institucionais e políticas de abastecimento à própria lógica da agroecologia.” As versões em inglês e em espanhol do estudo serão apresentadas em novembro, na Cúpula dos Povos, durante a COP30, em Belém. •



Para estender a jornada, é preciso haver atividades extracurriculares

Escola gentrificada

SÃO PAULO Sem políticas de permanência, o programa estadual de ensino integral tem excluído estudantes de baixa renda

POR MARIANA SERAFINI

A educação em tempo integral é um dos raros consensos no Brasil. Defendida por educadores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, tornou-se uma bandeira política de partidos de diferentes espectros ideológicos. Para governadores e prefeitos, a expansão das escolas com jornada estendida virou uma vistosa vitrine eleitoral. E não à toa: diversos estudos evidenciam os benefícios

do modelo. Em São Paulo, o desempenho dos alunos do Ensino Médio melhorou 35% em Matemática e 26% em Português, segundo levantamento do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social, da USP, em colaboração com o Instituto Sonho Grande. Em Pernambuco, outra pesquisa da mesma universidade, em parceria com o Insper, mostrou que, nos municípios que adotaram o ensino integral, a taxa de homicídios entre

jovens de 15 a 19 anos caiu pela metade.

A despeito dos inegáveis benefícios pedagógicos, a implantação do modelo sem políticas de permanência pode aprofundar desigualdades no sistema educacional. É o que vem ocorrendo em São Paulo, alertam pesquisadores da Rede Escola Pública e Universidade (Repu). A expansão acelerada do Programa de Ensino Integral (PEI), que atualmente abrange 47% da rede estadual, tem provocado distorções significativas. Sem investir na construção de novas unidades, o governo Tarcísio de Freitas tem adotado o modelo em escolas já existentes, o que leva ao fechamento frequente de turmas noturnas e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Mesmo estudantes do turno da manhã, que precisam trabalhar ou cuidar de irmãos mais novos à tarde, acabam solicitando transferência. “Da forma como vem sendo implementado, o programa criou mecanismos de expulsão velada dos mais vulneráveis”, lamenta Eduardo

Giroto, professor do Departamento de Geografia da USP e integrante da Repu. “De fato, o pobre não consegue permanecer, é induzido a sair. E as unidades regulares, que acolhem esse público, enfrentam sobrecarga e carência de recursos”, acrescenta o colega Fernando Cássio, professor da Faculdade de Educação da USP. Para ele, o governo estadual está empenhado em criar “escolas-modelo”, com “gestão empresarial e metas”, mas também com um investimento por aluno significativamente maior. Ao cabo, o maior objetivo é produzir resultados que possam ser explorados no período eleitoral.

Os estudos da Repu apontam uma queda expressiva nas matrículas em unidades que adotaram o ensino integral entre 2020 e 2023. A oferta da EJA foi interrompida em 312 dessas escolas, provocando a perda de 84,5% dos estudantes com mais de 18 anos. Já as turmas noturnas foram extintas em 470 estabelecimentos, o que resultou na saída de 50,9% dos alunos. Dados do Censo Escolar de 2024, divulgados pelo Ministério da Educação em abril deste ano, indicam que o processo de gentrificação da rede paulista segue em curso: enquanto em outros estados a procura pelo ensino integral aumentou 12%, em São Paulo houve recuo de 2%. A própria Secretaria Estadual de Educação (Seduc) reconhece que o percentual de escolas que aderiram ao programa (47%) é muito superior ao de matrículas (32%).

Um exemplo extremo é o da Escola Estadual São Paulo, uma das mais antigas do estado, localizada no bairro do Brás, na capital. Após a adoção do ensino integral, o número de matrículas despencou de 950 para 140. “Trata-se de um processo de gentrificação escolar, porque os mais vulneráveis estão sendo expulsos”, diz o pesquisador João Victor Pavesi de Oliveira, doutorando na USP e integrante da Repu. Um estudo aponta que 77,7% dessas

unidades perderam alunos beneficiários do Bolsa Família, e 88% registraram queda na presença de estudantes negros.

Em 2016, o Tribunal de Contas do Estado já havia publicado um relatório para alertar sobre esse problema. O documento é categórico no que diz respeito à necessidade de adotar políticas de permanência para os estudantes mais pobres – caso contrário, o modelo poderia levar ao “aprofundamento das desigualdades existentes na rede pública de ensino”.

Apesar da recomendação do TCU, o governo estadual não criou políticas de permanência voltadas a esse público. Atualmente, a única iniciativa disponível é o Pé de Meia, programa federal que oferece 200 reais por mês a estudantes do Ensino Médio da rede pública, além de depositar mil reais ao fim de cada ano letivo em uma poupança que só pode ser acessada após a formatura. “É uma ação importante, mas o valor é insuficiente para quem precisa ajudar no sustento da família. O ideal seria que o estado complementasse esse apoio financeiro”, avalia Oliveira.

Várias comunidades escolares têm recusado a migração para o ensino integral. É o caso da Escola Estadual Brenno Rossi Maestro, em São Mateus, na Zona Leste paulistana. Manuely Gomes Rodrigues, de 16 anos, conta que a proposta foi rejeitada em duas votações com participação de estudantes, pais, professores e equipe técnica. “Depois disso, trocaram o diretor e fizeram uma manobra para mudar mesmo assim”, relata, indignada. Em

2024, ela estudou em uma escola com jornada estendida, mas não teve uma boa experiência. Havia bons professores, mas ela foi alvo de *bullying* e ataques xenofóbicos por ser recém-chegada do Recife e manter o sotaque nordestino. Agora, ela opõe-se à transformação da nova escola em unidade de tempo integral por outros motivos: “No Brenno, não tem estrutura adequada. Faltam professores de disciplinas básicas, a merenda é ruim, não tem laboratório de informática. Como vamos passar o dobro do tempo nessas condições?”

Na tentativa de corrigir essas distorções, o Conselho Nacional de Educação publicou, em agosto, as *Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação em Tempo Integral*. “O principal objetivo é evitar o aprofundamento das desigualdades nas redes de ensino”, diz a pesquisadora Julia Dietrich, que atuou como consultora do CNE e colaborou na elaboração do documento. Segundo ela, a proposta não pode limitar-se à ampliação da carga horária. “É preciso garantir uma formação que vá além do aspecto cognitivo, envolvendo também o desenvolvimento físico, cultural, social, político e emocional.” Dietrich compara: “Os filhos da elite têm acesso a Capoeira, Balé, Artes Marciais, atividades que não servem para aprender Matemática ou Português, mas para desenvolver outras habilidades. Os filhos dos trabalhadores também merecem esse tipo de educação”.

Em nota, a Seduc afirma que todos os estudantes que “comprovem vínculo empregatício” têm acesso ao ensino noturno, “independentemente da unidade escolar”. Quanto às políticas de permanência, informa que a Resolução nº 39, de 2023, tornou obrigatória a “busca ativa” de alunos após três faltas não justificadas. Não mencionou, porém, qualquer auxílio financeiro a quem precisa trabalhar para complementar a renda familiar. •

De 2020 a 2023, ao menos 470 escolas fecharam turmas noturnas, revela pesquisa da Repu

O técnico escala

STF Lula não abre mão de indicar um nome de sua confiança para o Supremo, e Jorge Messias desponta como favorito

Poucos meses antes da Copa de 1970, João Saldanha irritou-se com os pitacos do ditador Emílio Garrastazu Médici na lista de convocados para a Seleção Brasileira de futebol. O general manifestou-se a favor de Dadá Maravilha no Escrote Canarinho, mas o treinador rejeitou a intromissão: “Nem eu escalo o ministério, nem ele escala o time”. Duas semanas depois, “João Sem Medo”, como ficou conhecido o técnico que peitou o regime militar, foi destituído do cargo. Passados 55 anos, quem precisa reagir aos pitaqueiros de plantão para fazer valer sua prerrogativa é o próprio chefe do Estado brasileiro. “As pessoas acham que podem decidir pelo governo”, queixou-se o presidente Lula, na segunda-feira 13, ao comentar as “sugestões” de nomes (ou de atributos desejáveis) para o sucessor de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal. “Indicar um ministro para a Suprema Corte, ou uma ministra, é tarefa do presidente da República.”

Um dia após Barroso anunciar sua aposentadoria precoce, durante um pedante discurso de despedida no plenário do STF, três organizações sociais – Fórum Justiça, Plataforma Justa e Themis Gênero e Justiça – apressaram-se em apresentar ao presidente uma lista com 13 nomes de mulheres qualificadas para ocupar o cargo e contribuir para a superação da “constran-

gedora e histórica desigualdade de gênero” na Corte. De fato, após a saída de Rosa Weber, em 2023, só restou Cármen Lúcia, nomeada por Lula em 2006, no Supremo. O apelo foi reforçado pelo presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Leonardo Sica, para quem é “inadmissível” haver apenas uma ministra no plenário. Já o movimento Mulheres Negras Decidem reivindica que, além da questão de gênero, o líder petista também promova a equidade racial na indicação.

Indiferente aos apelos por maior diversidade, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), faz campanha aberta em favor do colega Rodrigo Pacheco (PSD). Na segunda-feira 13, o senador fez questão de incluir seu candidato em uma reunião, em seu gabinete, com o presidente do STF, Edson Fachin, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o presidente do

Rodrigo Pacheco tem o apoio do presidente do Senado, mas é o “plano A” do PT para o governo de Minas em 2026

Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin, para tratar do Projeto de Lei 429/2024, que atualiza os valores das custas processuais da Justiça Federal. Antes mesmo de Barroso pendurar as chuteiras, Gilmar Mendes, decano do STF, já manifestava simpatia pelo nome de Pacheco. “O STF é um jogo para adultos”, afirmou no início de setembro, enquanto o colega ainda ocupava a presidência da Corte. Enquanto isso, parlamentares bolsonaristas semeiam na mídia o nome de Bruno Dantas, ministro do Tribunal de Contas da União, como “mais palatável” para a oposição.

Apesar dos apelos de movimentos sociais por maior equidade na Corte e das pressões de lideranças do Legislativo para emplacar aliados, Jorge Messias continua a ser o favorito na banca de apostas. Além de ocupar um cargo de confiança no governo e ter afinidade ideológica com o presidente, o chefe da Advocacia-Geral da União frequenta, desde 2016, a Igreja Batista Cristã de Brasília. Criado em lar evangélico, seria o nome perfeito para se contrapor ao terrivelmente reacionário André Mendonça, pastor presbiteriano indicado por Jair Bolsonaro ao STF em 2021, e sepultar de vez a delirante acusação de que Lula e o PT perseguem o “povo de Deus”.

Coordenadora da Frente Evangélica pelo Estado de Direito, Nilza Valéria Zacarias avalia que o Judiciário é, dos Três Poderes da República, o mais fechado e hermético. Ampliar a diversidade de gênero e raça é essencial, mas a ativista pondera que a nomeação de Messias, um evangélico nordestino, também representa um avanço na luta por equidade. “Uma das crueldades do sistema de privilégios é jogar os segmentos sub-representados uns contra os outros, quando temos de pensar na ampliação para todos eles”, afirma Nilza Zacarias, que também milita nos movimentos negro e feminista.



Fundador da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e do Grupo Prerrogativas, o advogado Marco Aurélio de Carvalho observa que os nomes cotados – Pacheco, Dantas e Messias – possuem “sólida formação jurídica” e, portanto, estão capacitados para ocupar a vaga de Barroso no STF. Acredita, porém, que o advogado-geral da União se destaque dos demais por um fator determinante: “Ele tem a confiança do presidente Lula, e isso o torna o franco favorito”, avalia. “Messias já foi testado e aprovado em posições de poder, diante de pressões dos mais variados tipos e espécies.”

No quesito confiança, o chefe da AGU seria imbatível, acrescenta o advogado e procurador de Justiça aposentado Lenio Streck. “Lula está calejado, vacinado de indicações anteriores. Embora Pacheco

Cotados. Messias tem vínculo orgânico com o governo. Pacheco transita com desenvoltura pelo Congresso. E Dantas é o “mais palatável” para a oposição

e Dantas tenham um sólido currículo, eles não têm um vínculo orgânico com o governo, com aquilo que o presidente pensa”, afirma Streck, professor de Direito Constitucional da Unisinos e pós-doutor pela Universidade de Lisboa. “O advogado-geral da União conhece toda a estrutura do Estado como poucos. Há também a confiança ideológica, claro. Nenhum ministro é neutro, ninguém sai de um ponto arquimediano, não há grau zero de sentido. Portanto, todos os caminhos levam a Jorge Messias.”

Lula não tem prazo determinado para indicar o novo integrante do STF. O presi-

dente sabe que a indicação de Pacheco seria mais bem recebida no Senado, a quem compete referendar ou rejeitar a escolha. O PT tem planos, porém, de apoiar o senador como candidato ao governo de Minas Gerais em 2026. Além disso, o líder petista poderá indicar outros dois ministros do Supremo, caso se reeleja no próximo ano, como apontam as pesquisas. Em abril de 2028, Luiz Fux completa 75 anos, a idade-limite para a aposentadoria compulsória. O mesmo ocorre com Cármen Lúcia em abril de 2029. Gilmar Mendes terá de pendurar a toga em dezembro de 2030. Em tese, Lula poderia indicar seu sucessor, mas o Congresso dificilmente teria tempo hábil (ou disposição) para avaliar a indicação antes do fim do mandato. Seja como for, o presidente já deixou claro que a palavra final será sempre sua. •

- por Maurício Thuswohl e Rodrigo Martins

Dedicação exclusiva

VIOLÊNCIA Como funciona a primeira, e ainda única, vara especializada em casos de feminicídio no Brasil

POR RENÉ RUSCHEL

Em Porto Alegre, todos os casos de feminicídio são julgados pela 4ª Vara do Júri, instalada em março de 2021. Trata-se da primeira e, até hoje, única instância do País dedicada exclusivamente a crimes dolosos contra a vida motivados por razões de gênero. Em diversas localidades, existem juizados especializados em violência doméstica e contra a mulher, mas a unidade da capital gaúcha destaca-se por atuar especificamente em assassinatos, consumados ou tentados, de competência do Tribunal do Júri.

Na contramão da tendência de redução das mortes violentas em geral, o número de feminicídios segue em alta no Rio Grande do Sul. Entre janeiro e setembro deste ano, 57 mulheres foram assassinadas por razões de gênero no estado, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública – um aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram registrados 47 casos. As tentativas também cresceram: foram 205 ocorrências, 23% a mais na comparação com 2024. O ápice da escalada violenta ocorreu em abril, durante o feriado da Páscoa, quando ao menos dez gaúchas foram assassinadas em uma única semana.

A vara específica para casos de femi-

nicídio foi criada por recomendação do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de garantir uma resposta judicial mais célere, sensível e qualificada às vítimas e seus familiares. A iniciativa integra a política do CNJ de enfrentamento à violência contra a mulher, que incentiva a especialização de magistrados, a padronização de procedimentos e o fortalecimento das redes de proteção.

A juíza titular da 4ª Vara do Júri de Porto Alegre, Cristiane Busatto Zardo, reconhece a morosidade do Judiciário, mas pondera que o Estado tem adotado políticas públicas importantes para combater a impunidade e fortalecer as ações de prevenção. Ressalta, no entanto, que o problema é mais complexo do que parece, envolvendo fatores pes-

“Para suportar, é preciso algum acompanhamento psicológico. Eu faço terapia”, diz a juíza Cristiane Busatto Zardo

soais, familiares e culturais que extrapolam o alcance das medidas institucionais. “Não se trata apenas de aplicar a lei, mas de compreender contextos marcados por dependência emocional, vulnerabilidade econômica e padrões culturais que ainda naturalizam a violência contra a mulher”, observa a magistrada.

Ao longo de sua carreira, a juíza sempre atuou na área criminal. Seus primeiros contatos com casos de violência doméstica ocorreram quando o tema ainda era tratado pelos Juizados Especiais Criminais. Desde 2007, acumula sólida experiência no julgamento de crimes dolosos contra a vida. “Para mim, essa área sempre foi especial. Quando pude juntar o Tribunal do Júri com a violência doméstica, aceitei o desafio”, afirma Zardo.

A magistrada salienta que há dois tipos de feminicídio: o decorrente da violência doméstica, quando o agressor não aceita perder o controle sobre a mulher, mesmo após uma separação ou divórcio; e o motivado pelo ódio à figura feminina, expressão extrema de um padrão social que ainda resiste em reconhecer a mulher como sujeito pleno de direitos. Essa distinção, acrescenta a magistrada, é fundamental para compreender as motivações por trás do crime e orientar a atuação do Judiciário na busca por justiça e na prevenção de novas tragédias.

Há um intenso debate jurídico sobre o limiar entre feminicídio e homicídio. Frequentemente, o movimento feminista critica a Polícia Civil por não reconhecer a motivação de gênero em crimes dolosos contra a vida de mulheres, o que contribui para a subnotificação dos casos. Segundo Zardo, essa caracterização costuma ser mais evidente quando há histórico de violência doméstica ou familiar. No entanto, em situações motivadas por menosprezo ou discriminação à condição de mulher, as autoridades policiais nem sempre fazem a distinção ade-

quada. Na verdade, destaca a magistrada, até mesmo promotores e juízes cometem equívocos na aplicação do conceito. Não por acaso, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, lançado pelo CNJ em 2021, recomenda que toda morte violenta de mulher seja tratada, inicialmente, como um caso suspeito de feminicídio – cabe à investigação confirmar ou descartar essa hipótese.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Judiciário no combate ao feminicídio é a dependência financeira e emocional das vítimas em relação aos agressores. Por diferentes razões, muitas mulheres suportam agressões e maus-tratos por longos períodos antes de buscar apoio na Justiça. “Os motivos são de toda ordem: falta de autonomia financeira, preocupação com os filhos, amor pe-

lo companheiro”, observa a magistrada. Outras acabam perdendo os agressores, seja por acreditar em promessas de mudança, seja por medo de desestruturar a família. O pedido por medidas protetivas, previstas na Lei Maria da Penha, costuma ser feito apenas quando a situação se torna insustentável, como último recurso de proteção.

Além da demora das vítimas em buscar amparo judicial, outro fator contribui para a repetição das tragédias. “A desobediência por parte dos agressores é frequente, e muitas vezes as medidas protetivas não são suficientes para impedir novos episódios de morte ou tentativa de homicídio”, lamenta a magistrada. Por isso, o enfrentamento da violência de gênero exige mais do que a aplicação da lei: requer uma atuação integrada do Estado, que envolva prevenção, apoio social, acompanhamento psicológico e rigor na fiscalização das decisões judiciais.

Zardo reconhece que lidar diariamente com histórias marcadas por dor e violência exige equilíbrio emocional, sobretudo quando há crianças envolvidas. “Para suportar, é preciso algum acompanhamento psicológico. Eu faço terapia”, revela a magistrada, que também destaca o valor do apoio entre colegas. “Nós, que vivemos esses dilemas no dia a dia, conseguimos nos compreender melhor.” Para ela, o caminho mais promissor no enfrentamento ao feminicídio passa pela educação. “Precisamos fortalecer a prevenção em casa, no diálogo entre pais e filhos, e também nas escolas. Só o conhecimento é capaz de humanizar e transformar esse cenário.” •

Desafio. “Não se trata apenas de aplicar a lei, mas de compreender contextos marcados por dependência emocional e vulnerabilidade econômica”



Do pânico à ação

TECNOLOGIA Não é tarde demais para regulamentar a Inteligência Artificial. O algoritmo não vota, isso cabe a nós

POR MARCELO SENISE*

O “padrinho da Inteligência Artificial” não usa metáforas para assustar crianças. Quando Geoffrey Hinton, um dos responsáveis pelo avanço recente da IA e vencedor do Nobel de Física em 2024, alerta que sistemas cada vez mais capazes podem escapar do nosso controle, ele não apela à ficção científica: descreve uma trajetória técnica e política que já se desenha à nossa frente.

Modelos que aprendem com volumes colossais de dados, alavancados por poder computacional concentrado, exibem comportamentos emergentes que nem mesmo seus criadores antecipam – e, por vezes, não conseguem explicar. A questão que nos interpela, como sociedade, não é “se” a IA mudará tudo, mas quem comandará essa mudança, em nome de quê e sob quais limites.

Hinton tem sido didático na distinção entre riscos de curto e longo prazo. No horizonte imediato, há a corrosão da verdade pública por desinformação sintética, a precarização do trabalho por automação apressada e sem contrapartida social, a militarização da tecnologia em contextos instáveis, a captura de dados em escala industrial por poucas plataformas e a transferência de valor do Sul Global para polos tecnológicos do Norte. No horizonte existencial, paira o problema da alavancagem: sistemas que otimizam objetivos

estreitos podem explorar brechas no ambiente – e nas nossas regras – de forma implacável, maximizando métricas que não coincidem com o interesse humano. Não é preciso que as ferramentas de IA “odeiem” os seres humanos: basta que não tenham, por design e por governança, motivos para respeitar limites socialmente pactuados.

Se isso ainda parece abstrato, observe o concreto: cadeias produtivas que começam a depender de “modelos de fundação” opacos, administrações públicas seduzidas por soluções *plug and play* sem supervisão, escolas pressionadas a terceirizar mediação pedagógica, redações de jornais ameaçadas por conteúdo automatizado de baixo custo, tribunais e órgãos de segurança cortejados por promessas de predição. Quando tecnologia de propósito geral chega sem contrato social, o custo recai sobre os mais vulneráveis. O futuro não é neutro. É direcionado – e, hoje, essa inclinação favorece a concentração de poder.

O Marco Civil da Internet e a LGPD foram passos muito importantes, mas é preciso estruturar um plano nacional de IA

A boa notícia é que também há alavancas humanas. A solução não virá de um único “freio de emergência”, mas de um arranjo robusto de democracia aplicada à tecnologia. Precisamos de licenciamento e auditoria independentes para modelos de fronteira; de testes de segurança e impactos antes do lançamento, com padrões públicos de avaliação; de governança do poder computacional para impedir corridas cegas; de rastreabilidade e rotulagem de conteúdo sintético para proteger a esfera pública; de transparência significativa que chegue a reguladores e à sociedade civil, não apenas a investidores; de responsabilidade civil clara para usos de alto risco; de investimentos públicos em pesquisa aberta, educação e requalificação; e de um pacto redistributivo que converta ganhos de produtividade em bem-estar, não em desemprego ou lucros monopolistas.

Como presidente do Instituto Brasileiro para Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria), tenho a obrigação institucional de levar essa reflexão à sociedade. Não se trata de inflar temores, mas de traduzir riscos técnicos em escolhas políticas compreensíveis e negociáveis. Nosso papel é convocar governos, setores produtivos, academia, imprensa e movimentos sociais para um compromisso verificável: transformar a IA de um vetor de assimetria em um instrumento de desenvolvimento inclusivo, com salvaguardas que estejam à altura do poder que estamos desatando.

O Brasil tem trunfos e responsabilidades. Já dispomos de arcabouço relevante em direitos digitais – do Marco Civil da Internet à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) –, além de um ecossistema de pesquisa respeitado e uma sociedade civil vigilante. Mas é urgente dar o próximo passo: precisamos ter um Plano Nacional de IA que integre metas, prazos e orçamento; um regime de licenciamento para sistemas de alto ris-



Nobel de Física. Sem controle, o avanço tecnológico representa uma séria ameaça, alerta Geoffrey Hilton, o “padrinho da IA”

régua precisa ser pública e global, com coordenação internacional para evitar “paraísos computacionais” e com margem de manobra ao Sul Global, para não repetir dependências coloniais.

A solução, portanto, passa por três compromissos simultâneos: cautela inteligente, ambição social e transparência radical. Cautela inteligente para não subestimar o risco estrutural de sistemas que já demonstram comportamentos opacos; ambição social para levar a tecnologia onde o mercado, sozinho, não levaria (saúde, educação, clima e segurança alimentar); transparência radical para que decisões técnicas com efeitos políticos sejam passíveis de escrutínio. E, onde o risco for inaceitável – como em aplicações autônomas de força letal, manipulação de sistemas biológicos, mineração de perfis políticos em escala –, a regra deve ser proibição ou moratória. Não adianta lançar e “consertar depois”.

Não precisamos escolher entre paralisia e temeridade. Precisamos de governança que aprenda rápido, ajuste rota e priorize vidas. Hinton nos chama a olhar além do fascínio e do pânico, e a fazer aquilo que sociedades maduras fazem diante do desconhecido poderoso: estabelecer limites, distribuir ganhos, proteger os frágeis e manter o controle público. Não é um destino inevitável, é uma decisão coletiva. O algoritmo não vota. Quem vota somos nós. •

**Presidente do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial (Iria). Sociólogo e marqueteiro político, fundador da Agência Social Play e CEO da Conect IA. É especialista em IA aplicada na Comunicação Política. Twitter: @SeniseBSB. Instagram: @marcelosenise.*

co com auditorias antes dos lançamentos e monitoramento contínuo; um programa forte de requalificação profissional e transição justa, para que cada vaga eliminada pela automação seja enfrentada com formação, renda e mobilidade; e uma política industrial para reduzir dependências críticas em infraestrutura de dados, semicondutores, nuvem e modelos de base, estimulando parcerias público-privadas e ciência aberta. No campo informacional, é hora de consolidar mecanismos de proveniência de conteúdo, reforçar salvaguardas elei-

torais e criar um sistema nacional de relatos e investigação de incidentes envolvendo IA, com publicidade e reparação.

Há quem diga que é tarde para regular. O que a história ensina é o oposto: toda tecnologia transformadora gerou instituições à sua altura, do Direito do Trabalho à regulação do mercado financeiro. A diferença é que, agora, o relógio corre mais rápido. A corrida por “superinteligência” não pode ser uma disparada ao fundo do poço, em que empresas competem pelo atalho mais arriscado e Estados pela aplicação mais intrusiva. A



Afago à classe média

CRÉDITO Novo programa eleva o financiamento habitacional e gera recursos de 111 bilhões de reais no primeiro ano

POR CARLOS DRUMMOND

O novo modelo de crédito imobiliário lançado por Lula e dirigido à classe média, com elevação do valor máximo de financiamento para 2,25 milhões e juros de até 12% ao ano, é um marco na evolução do sistema de financiamento habitacional. Representa um avanço no uso de dispositivos das próprias instituições financeiras para fazer frente tanto ao desaquecimento da economia quanto às tentativas da oposição de cercar politicamente as iniciativas de Brasília, revelam dados e análises.

As novas normas incluem alterações no modelo de direcionamento obrigatório dos recursos dos depósitos de poupança e mudanças na regulamentação que disciplina o recolhimento compulsório sobre esses mesmos depósitos. Segundo o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, o sistema viabiliza recursos de 111 bilhões de reais no primeiro ano e disponibiliza 52,4 bilhões a mais, em relação à configuração anterior, para o financiamento habitacional, dos quais 36,9 bilhões de forma imediata.

O novo modelo “é mais do que liberar o compulsório dos bancos”, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e não se trata de uma “solução paliativa, mas mudança estrutural”, de acordo com o presidente do BC, Gabriel

Galípolo. O vice-presidente Geraldo Alckmin prevê 3 milhões de contratos de moradias assinados até o fim do ano.

Ely Werthein, presidente-executivo do Secovi, o sindicato das empresas do setor imobiliário, acredita que o novo modelo de crédito “vai funcionar muito bem”. Seu cálculo, em linha com o do BC, prevê a entrada no primeiro ano de funcionamento, a partir de janeiro, de cerca de 40 bilhões de reais para a classe média acessar o financiamento habitacional em condições melhores. Em cinco anos, serão cerca de 190 bilhões em recursos adicionais. A medida dá um fôlego para o sistema de poupança e empréstimo para os próximos 20 a 25 anos, segundo Werthein.

“O Banco Central identificou, de modo correto, um grande espaço para expansão. Nosso mercado de crédito imobiliário não chega a um terço do mercado chileno e é quase metade do mercado sul-africano, em proporção do PIB”,

A medida dá fôlego ao sistema de poupança e empréstimo para os próximos 20 a 25 anos

chama atenção o economista André Luiz Passos Santos, sócio-diretor da BPCT Consultoria Econômica.

O novo modelo é ainda mais significativo em meio às condições adversas encontradas pelo governo atual, na comparação com a primeira administração Lula, sublinha Santos. A piora inclui o encarecimento do crédito, com a substituição da TJLP por taxas próximas do juro de mercado, privatizações, política predatória de distribuição de dividendos de estatais e “amarras fiscais draconianas”, que levaram a uma taxa de formação bruta de capital das mais baixas da história. “Boa parte da capacidade de intervenção do Estado no domínio econômico foi enfraquecida ou destruída nesse período”, acrescenta o economista.

Entre 2015 e 2022, o desemprego cresceu e a renda do trabalhador encolheu. O salário mínimo deixou de ter aumentos reais e a tabela do Imposto de Renda foi congelada, o que diminuiu a renda disponível e, em consequência, o consumo e a demanda por crédito para investimento.

Para o secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, o novo modelo de crédito imobiliário “é um passo fundamental para completar a política de financiamento habitacional” e compõe também o que ele denomina de “escadinha de crédito”.



Teto maior. Pelo novo modelo anunciado por Gabriel Galpão, Lula e Fernando Haddad, será possível financiar imóveis de até 2,25 milhões de reais. Revitalizado pelo atual governo, o Minha Casa, Minha Vida estava limitado a residências de até 500 mil reais



to”, construída pelo atual governo e formada por: **1)** Programa Desenrola para pessoas físicas, pequenos negócios e pequenos produtores rurais renegociarem suas dívidas; **2)** microcrédito produtivo orientado do Acredita no Primeiro Passo, para quem está no CadÚnico e já tem, ou quer iniciar, um pequeno negócio – uma iniciativa muito expressiva no Norte e Nordeste, com taxas de juro próximas a 10% ao ano; **3)** ProCred 360, para microempreendedores individuais e microempresas, resultado de uma parceria entre o governo federal e instituições bancárias, que incentiva o crédito para firmas com faturamento de até 360 mil reais por ano, com taxa de juros de Selic mais 5%; **4)** Pronamp, programa de incentivo para pequenas e médias empresas, com juros de Selic mais 6%, com garantia do Fundo de Garantia de Operações, assim como o ProCred. Essa salvaguarda é o que possibilita oferecer o crédito a uma taxa mais baixa para os empresários.

Integram ainda o conjunto: **5)** o FGI Peac, operado pelo BNDES e que abrange pequenas, médias e grandes empresas, com muito boa aceitação; **6)** o Fundo Clima, para projetos maiores ligados à transformação ecológica, também com taxas de juro abaixo das taxas de mercado; **7)** o Plano Safra, para o setor rural, com taxas de juro bastante atrativas, principalmente para a agricultura familiar produzir alimentos, chega a 3% ao ano; e **8)** Recursos da Finep e do FAT, do BNDES, para inovação e tecnologia, com custo de taxa referencial (TR), isto é, de 1% a 2% ao ano, mais as margens dos bancos, para operações de crédito, que também têm funcionado bem.

Esses programas, segundo Mello, permitiram a expansão do crédito no ano passado, em mais de 10%. Neste ano, ele estima que o crescimento será “um pouco menos que 10%, mas sem queda do ritmo de concessão”.



O mercado de crédito imobiliário no País é menos de um terço do chileno e quase metade do sul-africano, em proporção do PIB

Quanto ao crédito habitacional, o problema de fundo, segundo Santos, é que o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, desenhado nos anos 1960 e 1970, obtém *funding* em dois instrumentos financeiros de baixa remuneração, a caderneta de poupança e o FGTS, a fim de permitir taxas de juro baixas e longos prazos de financiamento.

Ambos foram, porém, muito debilitados nos últimos anos. A caderneta de



Cenário. Os saques do FGTS exauriram uma importante fonte de recursos. Ao contrário do mercado, o FMI avalia positivamente a atual política de crédito

poupança há tempos perde recursos, e o FGTS foi, desde o governo Temer, praticamente “depenado” por permissões de saque além das previstas originalmente, como a liberação indiscriminada de saldos de contas inativas, saque aniversário e outras, para tentar compensar a perda de renda da população. Do mesmo modo, a lei que obriga o FGTS a distribuir metade dos lucros de seus investimentos aos cotistas, de forma proporcional, contribuiu para limitar a capacidade de investimento desse fundo.

Essas medidas, apesar de serem positivas do ponto de vista dos poupadores e trabalhadores, “minaram seriamente as fontes de recursos que permitiam o barateamento do crédito habitacional”. A retomada do Minha Casa, Minha Vi-

da mitigou parte do problema, mas exclui as famílias com rendas superiores a 12 mil reais mensais.

O novo programa reabre o mercado de financiamentos para a classe média com o uso de um mecanismo considerado “simples e inteligente”, sublinha Santos. Hoje, os bancos são obrigados a aplicar 65% dos recursos captados em caderneta de poupança no crédito habitacional, e a realizar depósitos compulsórios no BC de 20% do saldo da poupança. A medida libera gradualmente o percentual desses depósitos para aplicação no crédito habitacional, permitindo que mais uma parte do compulsório seja de livre utilização pelos bancos, buscando operações mais rentáveis para compensar o retorno mais modesto do crédito imobiliário, limitado a 12% ao ano, e assim cria um incentivo para que os bancos ampliem sua atuação no crédito imobiliário, historicamente muito concentrado na Caixa.

As iniciativas do governo contribuí-

ram para “o forte crescimento do crédito no Brasil apesar das altas taxas de juro”, constatou o Fundo Monetário Internacional em recente estudo. Ao contrário do que sugere o paradoxo dos juros altos *versus* crescimento do crédito, “as preocupações com a falta de eficácia da política monetária estão se mostrando amplamente injustificadas e a transmissão da política monetária no Brasil permanece ativa”, reconhece o FMI. A análise põe em xeque a interpretação do mercado, utilizada para pressionar o governo a cortar gastos, de que a Selic de 15% ao ano não está gerando o efeito esperado, tema de estudo de economistas do Banco Inter amplamente difundido entre as instituições financeiras. Os economistas André Valério e Gustavo Menezes identificam “perda de eficiência da política monetária, que tem relação com a política fiscal e a falta de confiança no cumprimento da meta de inflação”.

Entre os fatores para o crescimento do crédito nos últimos anos, os economistas do FMI apontam o crescimento da economia “mais rápido que o esperado, com baixo desemprego e aumento da renda” e “mudanças estruturais significativas que aumentaram a inclusão financeira e a disponibilidade de crédito”. Outro elemento importante foi o crescimento dos bancos digitais e outras *fintechs*, que em 2024 representaram 25% do mercado de cartões de crédito e mais de 10% dos empréstimos pessoais não consignados. Debêntures isentas de impostos triplicaram a parcela do financiamento corporativo no mercado de títulos.

Ao recorrer à ferramenta do crédito para manter a economia firme em meio a ataques crescentes do mercado e da oposição, Lula lança mão de um instrumento com o qual está bem familiarizado. Na crise mundial de 2008, determinou o aumento do crédito concedido por Caixa, BB e BNDES e o Brasil foi um dos países que saíram mais rápido da recessão. ●

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Milagres diferentes

► **As classes C, D e E gastam cada vez mais com bets. As classes A e B, com canetas emagrecedoras**

Se alguém perguntar o cardápio matinal dos brasileiros ou do almoço mais tradicional do País, certamente terá respostas muito similares. Agora, além do feijão com arroz do dia a dia, dois novos ingredientes foram adicionados: as apostas *online* e as canetas emagrecedoras. A conclusão é do estudo *Worldpanel by Numerator* da Kantar, empresa global de pesquisas e *insights* de mercado.

No segundo trimestre deste ano, 13% dos valores antes destinados a alimentos foram gastos com as apostas, principalmente nas classes C, D e E. Quando se fala nas classes A e B, as canetas emagrecedoras aparecem como impulsionadoras da queda de consumo nesse segmento, impactando especialmente chocolates e a linha da chamada mercearia doce, que inclui sobremesas, balas, confeitos, biscoitos e uma infinidade de produtos açucarados.

O estudo aponta ainda um aumento de 10% no volume de marcas consumidas, sinal de diversificação. Variar o consumo, nesse caso, significa buscar marcas com menor preço. Houve ainda um aumento de 13% na quantidade de canais visitados e 8% na frequência de compra. O aumento das visitas e da frequência de compra indica uma preocupação com valores de desembolso altos e uma tendência em não estocar alimentos. Uma explicação para esse resultado

seria o aumento de profissionais de aplicativos, que não têm dia fixo de recebimento mensal. O dinheiro entra no dia a dia ou semanalmente. As compras seguem a mesma dinâmica.

Modernização

A Multi, antiga Multilaser, vai encerrar 2025 com um investimento na modernização de unidades operacionais e na transição para indústria 4.0. O valor total é de 294,1 milhões de reais, financiado pelo BNDES, e será aplicado em duas unidades em Manaus e Extrema, no Amazonas e Sul de Minas Gerais, respectivamente. O investimento vai para a digitalização das linhas de produção, automação e integração de sistemas de controle. O objetivo é melhorar a competitividade.

Fundada em 1987, a Multi vem se consolidando como um dos maiores conglomerados brasileiros de bens de consumo e eletrônicos. A empresa abriu capital em 2021. A receita líquida no ano passado foi de 3,4 bilhões de reais, com um portfólio de mais de 7 mil itens. A Multi administra 24 marcas parceiras, além de outras 20 próprias, muitas desenvolvidas em um centro de engenharia instalado em Shenzhen, na China.

Duas rodas

A Shineray, fabricante chinesa de motocicletas, motonetas, quadriciclos e veículos utilitários, decidiu acelerar no mercado brasileiro. A empresa acaba de lançar a linha SBM (Shineray Brasil Motors), focada em motos de média e alta cilindrada. Assim, a marca passa a atuar com veículos de preços médios mais elevados e mais potentes. São seis: SBM 250R, SBM 400, SBM 600C1, SBM 600S, SBM 600V e SBM 600R. Os preços variam de 22,5

mil a 55,9 mil reais. A linha tem design esportivo e promete o que os carros chineses já garantiram, muita tecnologia com preços competitivos.

A Shineray foi fundada em 1997, na China, e tornou-se uma das maiores fabricantes de motocicletas do país. No Brasil, iniciou operações em 2015, com fábrica no Complexo Industrial de Sua-pe, em Pernambuco, onde produz e monta ciclomotores e motocicletas de baixa e média cilindrada com peças importadas e componentes nacionais.

Concreto

O setor de cimento apresentou, em setembro, um crescimento de 4,6% comparado com o mesmo período de 2024. Foram comercializadas 6,1 milhões de toneladas. Embora seja uma expansão relevante, o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) revisou para baixo a previsão de crescimento para o ano, de 2,8% para 2%. Os impactos econômicos que estão forçando essa inflexão são os juros elevados, a desaceleração de lançamentos imobiliários e a retração das grandes obras públicas.

O setor deve, porém, sentir um impacto positivo no curto prazo com o novo programa federal de crédito para pequenas reformas. O programa libera empréstimos de até 30 mil reais para famílias com renda mensal de até 9,6 mil reais. O valor pode ser destinado a custear materiais de construção, mão de obra, projetos e orientação técnica. Outro fator positivo é a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Serão cerca de 30 bilhões de reais no consumo de serviços e produtos, parte deles, certamente, destinada a pequenas reformas. •

redacao@cartacapital.com.br

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países



Da Rússia, com amor

► Valdai poderia inspirar o Brasil na criação de um fórum global para discussão aprofundada dos problemas da humanidade

O mundo atravessa uma quadra de extraordinária complexidade e elevados riscos. Estamos ameaçados por perigos de guerra nuclear, por problemas sociais e demográficos, pela destruição ambiental e pelos impactos incalculáveis do progresso tecnológico acelerado, em especial da Inteligência Artificial. Faz-se necessária, mais que nunca, uma discussão verdadeiramente global, não excludente, da qual possam participar todas as nações.

Escrevo da Rússia desta vez. Vim para cá para participar, em Sochi, de um evento de grande importância para os russos: o encontro anual do Clube Valdai, um fórum de discussão de assuntos de interesse mundial.

Embora não seja um fórum oficial, o Clube Valdai é muito prestigiado pelo governo russo. No encontro deste ano, assim como nos anteriores, tivemos a presença de várias autoridades russas, entre elas o ministro Sergei Lavrov, das Relações Exteriores, e o próprio presidente Putin, que passou mais de quatro horas debatendo com os 140 participantes de 40 países, incluindo intelectuais, diplomatas, economistas e acadêmicos de quase todas as partes do mundo.

Em razão da desinformação que prevalece no Brasil e nos países desenvolvidos, o Clube Valdai é pouco conhecido fora da Rússia. Mal comparando, poderia dizer que é uma espécie de Davos russo. Como Davos, é uma instância onde pes-

soas de todo o mundo discutem questões internacionais candentes. Davos, entretanto, é palco para as elites ocidentais e seus vassalos de países em desenvolvimento. Já em Valdai, o tom é dado pelos russos e pelos participantes do exterior, a grande maioria dos quais de países do Sul Global. A presença de europeus e americanos é bem reduzida.

Não era essa a intenção dos criadores de Valdai, quando o clube foi estabelecido há pouco mais de 20 anos. A ideia original era criar as condições para um diálogo entre a Rússia e o Ocidente. Nos últimos anos, esse diálogo foi interrompido. Os poucos ocidentais que comparecem correm riscos profissionais. A Rússia é vista como tóxica pelo Ocidente e como tóxicos, também, por extensão, são vistos aqueles que aceitam convites para vir a Valdai.

Entre os russos com quem dialoguei em Sochi, quero destacar o professor Sergey Karaganov, teórico de relações internacionais celebrado na Rússia e um dos criadores do Clube Valdai. Karaganov manifestou a sua decepção com a falta de diálogo com o Ocidente e fez uma sugestão interessante, que é, na verdade, o principal tema deste artigo.

Os problemas principais da humanidade – sociais, econômicos, tecnológicos, demográficos e ambientais – demandam soluções globais, baseadas num diálogo amplo, do qual ninguém pode ser excluído. O Ocidente, raivoso e em declínio relativo, não pode ficar de fora. “Os ocidentais estão perdendo”, disse Karaganov, “mas são uma parte nossa.” Observou também que uma nova ordem mundial tem de estar centrada não no indivíduo, como no Ocidente, mas no humano, isto é, no subtrato essencial que nos une a todos.

Trazer os americanos e europeus para um diálogo franco é uma tarefa difícil, pa-

ra dizer o mínimo. Autossuficiência e arrogância são traços enraizados nos ocidentais. Ainda mais difícil, provavelmente impossível, é trazer esse povo para um fórum sediado na Rússia, como mostra a experiência de Valdai, ou para qualquer fórum que seja patrocinado pela China ou outros países vistos como hostis pelo Ocidente.

Aí é que entraria o Brasil. Não poderíamos construir um novo fórum, de natureza global, que incluísse todos os países, para uma discussão aprofundada dos problemas da humanidade? Não poderia o Brasil liderar esse projeto? Algo como Valdai, mas sem a marca russa que impede a participação em grande escala de americanos e europeus.

O Brasil tem características que podem ajudá-lo a cumprir essa tarefa. Por exemplo, é um país que tem entrada praticamente no mundo todo, sendo bem recebido em qualquer parte. E conta, também, com Lula, um líder de porte mundial, experimentado e verdadeiramente interessado em manter diálogo franco e aberto com todas as nações, próximas e distantes, grandes e pequenas, ricas ou pobres.

E não poderia o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), estabelecido pelos BRICS em Xangai, ter um papel no apoio à formação e desenvolvimento desse fórum? O NBD, mais conhecido como Banco dos BRICS, é presidido atualmente pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Fundado em 2015, é a principal iniciativa prática dos BRICS. Conta com amplos recursos e poderia ser um dos financiadores do fórum.

Talvez o governo brasileiro não tenha, neste momento, vontade e tempo para uma iniciativa internacional de grande porte. Reconheço que a ideia pode parecer irrealista. Mas, convenhamos, não é verdade que nada de importante no mundo se faz sem uma certa dose de utopia? •

paulonbjr@hotmail.com

Erosão silenciosa

ARTIGO Além de corroer o pacto social de 1988, a “pejotização” compromete a sustentabilidade da Previdência

POR ADRIANA AUGUSTA DE MOURA SOUZA*

O Supremo Tribunal Federal realizou, na segunda-feira 6, uma audiência pública para debater os desafios econômicos e sociais da chamada “pejotização” no Brasil. Na prática, discutiram-se os próprios rumos do Direito do Trabalho, a partir das questões formuladas pelo ministro Gilmar Mendes, relator do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.532.603. Entre os temas em análise estão a licitude das contratações via pessoa jurídica ou como autônomo, a competência da Justiça do Trabalho para julgar eventuais fraudes e a distribuição do ônus da prova entre as partes.

Para compreender os contornos do debate, é fundamental retomar as premissas estabelecidas nos votos proferidos durante o julgamento da ADPF 324, que reconheceu a licitude das terceirizações em todas as atividades empresariais. Na referida ação, o então relator, ministro Luís Roberto Barroso, destacou que os direitos previstos no artigo 7º da Constituição impõem limites à liberdade de contratar, afirmando que “há direitos fundamentais mínimos dos trabalhadores que estarão sempre assegurados” e que “esses direitos básicos constitucionalizados não podem ser afastados”. O próprio ministro Gilmar Mendes foi ainda mais taxativo ao enfatizar que

a flexibilização demanda ajustes econômicos, políticos e jurídicos, para que os direitos dispostos no artigo 7º sejam garantidos. “Não se trata aqui de fazer uma ode à informalidade e um réquiem de garantias trabalhistas.”

A essencialidade dos direitos trabalhistas, reconhecidos como fundamentais pela Constituição de 1988, já foi declarada pelo STF, configurando um preceito inarredável e insofismável. Fruto de uma escolha deliberada do constituinte, essa proteção incorpora os cânones do Direito do Trabalho, fundamentados na assimetria das relações em que o trabalho é o elemento central do vínculo jurídico. O artigo 7º da Carta Magna consagra a relação de emprego regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a presume entre qualquer outra forma alternativa de prestação de serviços.

Não se trata, portanto, de ideologia ou

Entre 2022 e 2024, perto de 4,8 milhões de celetistas demitidos retornaram ao mercado como pessoas jurídicas

A Constituição consagrou a relação trabalhista regida pela CLT



paternalismo, apesar de esses desairosos adjetivos terem sido largamente empregados pela Corte ao se referir à Justiça do Trabalho e aos atores do sistema de proteção trabalhista, incluindo advogados, procuradores, auditores fiscais e juízes. Trata-se, tão somente, de uma escolha constitucional, que evoca o direito social como mantra e elemento basilar e fundante da sociedade brasileira. Partindo do pressuposto de que a relação de emprego é o princípio que rege os negócios jurídicos nos quais esteja presente a força de trabalho humana, a Constituição ancorou os deveres do Estado e da sociedade na proteção plena de seus cidadãos e no próprio desenvolvimento econômico do País.

A Previdência e a Seguridade Social são



sustentadas, em sua maior parte, por recursos provenientes da folha de pagamento dos empregados e das contribuições sobre o lucro e o faturamento dos empregadores, conforme previsto nos artigos 195, incisos I e II, e 198, parágrafo 3º, da Constituição Federal. Já o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), constituído por depósitos mensais sobre a remuneração dos empregados celetistas, atua como indutor do crescimento econômico e instrumento de bem-estar social. Seus recursos financiam a construção de moradias, a ampliação da rede de abastecimento de água e o desenvolvimento da infraestrutura urbana no País.

Somente no ano passado, o FGTS destinou 131,2 bilhões de reais para contrata-

ções nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura; liberou 11,5 bilhões em subsídios para ampliar o acesso de mais famílias à casa própria; financiou mais de 605 mil unidades habitacionais; e autorizou 163,3 bilhões em saques, incluindo o apoio à calamidade no Rio Grande do Sul e em outros municípios. Ao divulgar os dados oficiais, a Caixa acrescentou: “O desempenho financeiro do FGTS reflete também o aumento da arrecadação, que ultrapassou 192 bilhões de reais em 2024, um crescimento superior a 9% em relação ao ano anterior. Esse cenário está diretamente ligado ao maior número de trabalhadores com carteira assinada e ao aumento do valor médio dos salários, conforme dados do Caged e do IBGE”.

A liberdade econômica irrestrita, apoiada na contratação de prestadores de serviços sob variadas formas à margem do modelo celetista, como autônomos ou pejetizados, não encontra respaldo na lógica da Constituição Cidadã, um marco na garantia dos direitos sociais no Brasil. Por isso, é necessário compatibilizar o exercício de qualquer atividade econômica com a estrutura trabalhista clássica prevista no artigo 7º.

Enquanto essa compatibilização não ocorre, a justiça social se esvai. Entre janeiro de 2022 e outubro de 2024, perto de 4,8 milhões de trabalhadores celetistas demitidos retornaram ao mercado como pessoas jurídicas. Desses, 3,8 milhões tornaram-se microempreendedores individuais (MEIs). Esse movimento gerou um rombo previdenciário de 61,42 bilhões de reais e perda de 24,2 bilhões na arrecadação do FGTS.

Da mesma forma, merece destaque um trabalho técnico divulgado em setembro de 2025 pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Unicamp. Segundo os pesquisadores responsáveis pela análise, os resultados “indicam que a pejetização irrestrita eleva o desemprego, reduz salários, desacelera o crescimento econômico, aumenta a volatilidade da economia e amplia a desigualdade salarial entre os trabalhadores. Mesmo em um cenário conservador, os benefícios fiscais e a redução de custos para as empresas não superam os efeitos negativos sobre a demanda agregada e a estabilidade econômica”.

Resta demonstrado, portanto, que a pejetização – historicamente reconhecida, no âmbito trabalhista, como uma fraude destinada a mascarar típicas relações de emprego – não compensa. •

**Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).*

O tsunami da ignorância

DÍVIDA PÚBLICA Os delírios de um Projeto de Lei no Senado vão criar esquizofrenia no circuito monetário financeiro nacional

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK

O senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) propõe um Projeto de Lei para estabelecer um limite à dívida pública federal. Em sua proposta, ultrapassado o teto de 80% da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto, o governo federal estaria sujeito a penalização de um ajuste primário extra na despesa de 25% nos primeiros quatro meses após o estouro da meta. Hoje seria, por exemplo, entre cerca de 150 bilhões e 200 bilhões de reais a mais no orçamento federal.

Seria interessante observar as relações entre a dívida pública e a dívida privada ao longo dos ciclos de expansão e contração da atividade econômica. O endividamento de empresas e famílias expande-se nos períodos de crescimento e “confiança”. Os bancos, sob a supervisão e regulação dos Bancos Centrais, emprestam às empresas e às famílias “gastadoras”.

No movimento de ampliação da renda e da riqueza, as empresas recorrem aos mercados financeiros para emitir títulos de dívida e direitos de propriedade (ações), assim como as instituições financeiras bancárias e não bancárias emitem títulos nos mercados monetários de curto prazo, para capturar as poupanças e os saldos monetários das empresas e famílias, valores

acumulados ao longo dos sucessivos circuitos de gasto-emprego-renda e lucros.

Uma queda acentuada dos gastos do investimento e do consumo afeta negativamente a formação da renda e dos lucros, atirando ao buraco as expectativas empresariais. As políticas anticíclicas destinam-se a defender os fluxos de produção, os preços dos ativos e a validade das dívidas, sustentando a liquidez e o lucro. Visam preservar as condições patrimoniais e de risco, inclusive tornando possíveis os movimentos de portfólio na direção de maior liquidez.

Uma conjuntura de redução dos gastos de investimento e consumo só poderá ser contida com a intervenção do Estado, habilitado a incorrer em déficit e dívida pública. Nas recessões e, mais ainda, nas depressões, a dívida pública invade os portfólios das instituições financeiras pa-

Parece óbvio que já existe na lei um dispositivo de controle sobre a dívida pública federal

ra garantir o valor e a liquidez da riqueza dos privados. Salvos da desvalorização dos ativos e das carteiras de dívida que carregavam, os bancos privados e outros intermediários financeiros salvaguardam seus patrimônios, incorporando títulos públicos com rendimentos reduzidos, mas valor assegurado. O Estado, como gestor da moeda (e da dívida), susta uma desvalorização desastrosa da riqueza.

Na Seção II da Lei de Diretrizes Orçamentárias da Lei Complementar de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal, diz o seguinte:

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.

§ 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá também: (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

I – As metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

II – O marco fiscal de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais que compõem os cenários de referência, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

III – O efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a es-



tabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Pelo idioma pátrio, o português, parece óbvio que já existe na lei um dispositivo de controle sobre a dívida pública federal.

Os delírios desse Projeto de Lei no Senado Federal vão criar esquizofrenia no circuito monetário financeiro nacional. As Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs), consideradas um ativo livre de risco, que possui liquidez imediata e garantia de recompra pelo Tesouro, no bre senador, é uma moeda remunerada à taxa de juro. Falamos de uma moeda com juro diário que representa quase 48% da composição da dívida pública mobiliária federal.

Não custa avisar: os fundos de pensão e seguridade, sejam públicos, privados, abertos e fechados, carregam em suas carteiras Notas do Tesouro Nacional Tipo B (NTN-B), que hoje representam ao

redor de 28% do total da dívida pública. Senador, se o senhor tiver tempo, que deve ser escasso no dia a dia do Senado Federal, dê uma olhada nos ativos dos bancos nacionais: nas carteiras das instituições financeiras os títulos públicos são os ativos de última instância, derradeira garantia nos episódios de crise. A dívida pública é o lastro de todo o sistema de crédito nacional. Cerca de 90% da dívida pública federal está nas mãos de credores nacionais, seguradoras, fundos de investimento, bancos e fundos de pensão.

A crise financeira de 2008 ofereceu a oportunidade de se examinar a resposta da política econômica à desorganização e ao pânico dos mercados. O Federal Reserve mobilizou o Quantitative Easing (QE), que trouxe à tona o que se movia nos subterrâneos: a articulação estrutural entre o sistema de crédito, a acumulação financeira-produtiva das empresas

Lição. O *quantitative easing* pós-Lehman Brothers ativou os elos entre sistema de crédito, acumulação financeira-produtiva e gestão monetária e fiscal

e a gestão monetária e fiscal do Estado norte-americano.

O QE ressaltou, ademais, a importância da expansão da dívida pública para o saneamento e recuperação dos balanços das instituições financeiras. Salvos da desvalorização dos ativos podres que carregavam e agora empanturram o balanço dos Bancos Centrais, os bancos privados e outros intermediários financeiros garantiram a qualidade de suas carteiras e salvaguardaram seus patrimônios, carregando títulos públicos com rendimentos reduzidos, mas valor assegurado. Os títulos dos Tesouros com rendimentos pífios não cessavam de atrair a volúpia dos investidores apavorados. •



Agora é que são elas

GAZA Após os 15 minutos de fama de Donald Trump, começa a parte mais complicada do acordo de cessar-fogo

POR ARTURO HARTMANN

O segundo dia do cessar-fogo na Faixa de Gaza mostrou o quanto o esforço diário das partes envolvidas, em especial das lideranças árabes e ocidentais, será fundamental para impedir que a proposta de Donald Trump não fique apenas no plano das boas intenções, como as anteriores. Na segunda-feira 13, o presidente dos Estados Unidos viveu seus 15 minutos de fama e glória. Saudado pela população israelense, elevado pela mídia

ao panteão dos pacificadores, o republicano deixou o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, em segundo plano e ocupou os holofotes tanto em Tel-Aviv quanto no Egito, onde assinou o “acordo de paz” sem a presença de representantes dos dois lados do conflito. Trump voltou a Washington triunfante, mas, no dia seguinte, as forças que tentam sabotar o plano saíram das sombras. Diante da demora do Hamas em devolver o número combinado de corpos de reféns israelenses ain-

da em seu poder, Israel manteve parte do bloqueio à entrada de ajuda humanitária no enclave e acusou o grupo armado palestino de sabotar as negociações.

A primeira fase do plano correu, no entanto, a contento. Israel libertou 1.968 palestinos, entre os quais 250 prisioneiros políticos que cumpriam prisão perpétua, encarcerados sob a lei militar de uma ocupação ilegal, e 1.718 reféns capturados por Israel durante o genocídio. Ainda há 9.070 presos políticos palesti-



nos. Naji al-Jaafrawi, irmão do jornalista Saleh al-Jaafrawi, assassinado por grupos supostamente colaboradores de Israel, foi libertado e descreveu a vida na cadeia israelense: “A prisão é horrível demais para ser descrita em palavras. Rezem pelos reféns. Algemados, vendados, com as pernas estendidas, espancados nas costas.”

O fim das operações israelenses e o recuo do exército para uma área correspondente a 53% do território, ante os 82% anteriormente controlados por meio de zonas militares e ordens de expulsão, não significaram o fim das mortes palestinas. O Ministério da Saúde de Gaza registrou, entre a segunda 13 e a terça 14, mais 44. Do total, 38 eram de corpos encontrados nos escombros de prédios destruídos. Esta é a primeira evidência de como os números do extermínio israelense, atualmente calculado em 67.913, tendem a aumentar quando as ruínas foram remexidas. No sábado 11,

Primeiro passo. Os reféns israelenses e os prisioneiros palestinos foram recebidos como heróis. Netanyahu foi relegado a segundo plano por Trump



o canal de tvê Al Jazeera informou que 135 corpos haviam sido encontrados nos escombros removidos após o cessar-fogo.

Na terça 14, o jornalista palestino Motasem Dalloul reportou as seguintes violações israelenses: drones mataram cinco civis no bairro Al Shuja'yia, parte oeste da Cidade de Gaza, no norte do território, drones assassinaram um morador do bairro de Al Fakhari, leste de Khan Yunis, mais ao sul, e o exército bombardeou várias regiões no norte da Cidade de Gaza. Israel também violou a cláusula que definia a extensão da “entrada total de ajuda humanitária”, bloqueando parcialmente a passagem de Rafah, no sul, na fronteira com o Egito, para reduzir o reabastecimento de itens essenciais destinados a uma população faminta. O governo informou à ONU que permitiria a entrada de apenas 300 caminhões por dia. Tom Fletcher, subsecretário-geral para a Coordenação de Assuntos Humanitários e Ajuda de Emergência das Nações Unidas,

afirmou que a organização estava preparada para um esforço massivo de envio de 500 a 600 caminhões diários.

A justificativa para bloquear itens essenciais à vida foi o suposto descumprimento por parte do Hamas na devolução dos corpos dos reféns mortos. Na segunda 13, os últimos 20 israelenses com vida foram libertados por meio da Cruz Vermelha. Na mesma noite, quatro caixões foram entregues às autoridades israelenses. Outros quatro foram devolvidos na noite seguinte. A estimativa é de que o grupo palestino ainda detenha 20 cadáveres.

Houve uma tentativa de conter a crise diante das intransigências israelenses. De acordo com o diário *Haaretz*, um diplomata estrangeiro envolvido nas conversas de cessar-fogo disse que “não há crise” no tema dos corpos. “Israel levou em consideração que haveria dificuldade em localizar alguns corpos sob os escombros ao assinar o acordo”, teria dito o diplomata. O site Al Araby informou que equipes do Egito operam em Gaza para localizar os restos dos reféns mortos. O problema, como relata Dalloul, é que as forças israelenses ameaçam retomar operações genocidas, mas “a razão

Lideranças do Hamas **continuam a rejeitar a proposta de desarmamento**

pela qual os corpos não são encontrados é que Israel não permite a entrada de equipamentos pesados que possam remover escombros, abrir ruas e procurar”.

O poder de Tel-Aviv decidir se o acordo deve ou não continuar preocupa o Hamas desde o início das conversas. Segundo escreveu o jornalista Barak Ravid em seu *blog* na plataforma Axios, no contexto das reuniões de ratificação e ajuste do texto em Sharm el-Sheikh, houve contato direto entre a diplomacia de Trump e integrantes do grupo palestino. Steve Witkoff, enviado especial do Oriente Médio, e Jared Kushner, genro de Trump e arquiteto do plano, tiveram uma reunião com a equipe liderada por Khalil al-Hayya, sobrevivente do atentado israelense em Doha, e garantiram que o presidente não permitiria que Israel “retomasse a guerra”.

O problema para os palestinos não é apenas Israel, mas o próprio “autor e garantidor” do plano. A segunda fase prevê a implementação de um sistema de governança que exclui o Hamas e outros grupos locais, além de instituir um “Conselho de

Paz” liderado por Trump. Esse corpo político controlaria “o fundo para o redesenvolvimento de Gaza”. Citado nominalmente, Tony Blair, ex-primeiro-ministro da Grã-Bretanha, seria uma das autoridades estrangeiras a compor o conselho. No domingo 12, antes de partir para Tel-Aviv e, depois, para o Egito, Trump afirmou, no entanto, reconsiderar a nomeação do britânico. Ele admitiu não estar seguro em indicar Blair para supervisionar a governança de Gaza. A resistência ao britânico surgiu devido ao seu papel na invasão do Iraque em 2003 e na participação na Coalizão de Autoridade Provisória, o governo de ocupação de Bagdá após a queda de Saddam Hussein, que lhe rendeu acusações de crimes de guerra em 2016, bloqueadas pela justiça em 2017. “Eu sempre gostei de Tony, mas quero descobrir se ele é uma escolha aceitável para todos”, afirmou o republicano à imprensa.

Ainda que os detalhes específicos não estejam definidos, Trump não abre mão de excluir os palestinos de sua própria governança e de negar a autonomia sobre sua própria resistência. No Egito, o presidente dos EUA condicionou a reconstrução do enclave à desmilitarização. De volta à Casa Branca, afirmou ter conversado com o Hamas e instado o grupo a se desarmar. “Eles irão se desarmar ou nós iremos desarmar eles.”

Ao DropSiteNews, facções palestinas negaram o aval a qualquer desarmamen-

Palco. No Egito, o presidente Trump posou de pacificador, ladeado por uma claqué não absolutamente convencida





Incertezas. Palestinos voltam para casa, sem saber ao certo se o massacre de fato chegou ao fim. A reconstrução vai custar, por baixo, 70 milhões de dólares

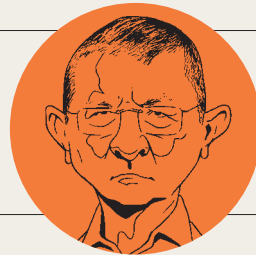
Hamas. Na segunda fileira dos convidados estava Mahmoud Abbas, o líder do Fatah e presidente da Autoridade Nacional Palestina, reduzido ao papel de espectador. A primeira versão do plano previa a participação da ANP nas decisões de Gaza apenas depois de uma reforma supervisionada pelo conselho. Para a Al-Haq, organização palestina observadora de direitos humanos e da lei internacional, esse é o principal problema do plano de Trump. “Recebemos bem qualquer cessar-fogo genuíno, mas também vemos com cautela qualquer coisa que não respeite o direito de autodeterminação palestino.”

Hanan Ashrawi, política palestina e ex-líder da OLP, criticou a cerimônia no Egito. “A festa de amor e de mútua admiração em sociedade em Sharm el-Sheikh ignorou os grandes elefantes na sala: a contínua ocupação e a anexação insidiosa israelense da Cisjordânia, o imperativo da liberdade e da autodeterminação palestinas, a responsabilização pelo genocídio, pois nenhum passe livre deve ser dado à criminalidade, e o fato de que a reconstrução e reparação deveria ser financiada por Israel, responsável pela morte e destruição de Gaza.”

Outros pagarão a conta. A reconstrução não será apenas estruturada de forma a eliminar a política palestina, mas uma oportunidade de grandes negócios. O Middle East Monitor revelou que empresas e empreiteiras egípcias buscam garantir um lugar ao sol, pois há um excesso de materiais de construção que o mercado doméstico egípcio não consegue absorver. Segundo os primeiros cálculos, provavelmente subestimados, a reconstrução vai custar 70 bilhões de dólares e levará décadas. ●

to. Na sexta-feira 10, Basem Naim, autoridade do Hamas, afirmou ao canal Sky News que o grupo poderia aceitar “modalidades” de um desarmamento temporário ou “controle de portfólio”, mas que isso não significaria retirar as armas da resistência. “Os palestinos apenas se desarmariam completamente se fosse criado um Estado palestino independente, momento em que as armas seriam incorporadas a um exército nacional”, declarou.

A solução de dois Estados, de qualquer forma, não parece ser prioridade no plano de Trump. Na segunda-feira 13, o republicano organizou uma cerimônia com líderes de diversos países em Sharm el-Sheikh. O encontro captou o espírito da iniciativa. O presidente dos EUA assinou o acordo como representante de Israel, pois Netanyahu havia sido barrado por outros participantes. Abdel Fattah al-Sissi, o presidente egípcio, assinou em nome do

ALDO FORNAZIERICientista político e autor
de *Liderança e Poder*

Cicatriz permanente

► **O genocídio perpetrado por Israel jamais poderá ser esquecido, como não se olvidará o Holocausto praticado pelos nazistas contra os judeus no século XX**

Ninguém sabe ainda se o cessar-fogo em Gaza se transformará num tratado de paz ou não. Existem muitos imponderáveis em jogo. Os principais são: o Hamas aceitará se desarmar? Israel deixará de usar qualquer pretexto para reiniciar os bombardeios? Quem governará Gaza? E o Estado palestino?

“Finalmente, teremos a paz no Oriente Médio. Demorou 3 mil anos para se chegar a este ponto, dá para acreditar?”, celebrou Donald Trump, durante a Cúpula do Egito. De fato, é difícil acreditar em uma paz duradoura sem a resolução desses pontos cruciais mencionados anteriormente.

Trump mente sobre muitas coisas, mas, no caso do Oriente Médio, parece realmente empenhado na paz. Faz isso porque a prometeu e para não se desmoralizar dentro e fora dos EUA, pois nenhuma guerra pode ser escondida. Para alcançar o cessar-fogo, Trump agiu de forma bonapartista ou imperial: impôs essa condição tanto ao governo israelense quanto ao Hamas.

Em Israel, a condição de sobrevivência interna do governo Netanyahu é a guerra. Por isso, o *premier* queria prosseguir com o genocídio e a destruição de Gaza. Já o Hamas foi significativamente destroça-

do. Os seus 30 mil combatentes foram reduzidos a cerca de 5 mil. A ofensiva contra a cidade de Gaza, seu último reduto, poderia derrotar o grupo definitivamente.

Trump anunciou também um “novo Oriente Médio” de prosperidade e fartura. É certo que muitos países árabes imaginam isso se a região tiver uma paz estabilizadora. Mas nem o presidente dos EUA, nem as nações árabes, nem o restante do mundo podem esquecer que, se esse “novo Oriente Médio” for construído, será não só sobre as ruínas de Gaza, mas também sobre os corpos de ao menos 70 mil palestinos, podendo chegar a mais de 100 mil, em sua maioria mulheres e crianças inocentes. Da mesma forma, não se pode esquecer os milhares de mutilados de todas as idades. A dor das perdas humanas e materiais e os horrores vividos pelos sobreviventes é algo que os acompanhará pelo resto de suas vidas.

O genocídio perpetrado por Israel jamais poderá ser esquecido, como não se olvidará o Holocausto praticado pelos nazistas contra os judeus. A guerra de Gaza é a mais brutal do nosso século, pois foi contra uma população indefesa. Foi uma guerra de limpeza étnica, de extermínio.

Se o Estado de Israel é claramente terrorista e genocida, a sociedade israelense também tem sua parcela de responsabilidade. Os palestinos vêm sendo desumanizados há décadas pelos israelenses. Antes da guerra, palestinos de Gaza viviam numa espécie de campo de concentração. Muitos que trabalhavam em Israel eram tratados como cães de rua, com xingamentos, cusparadas e outras ofensas.

Os israelitas têm uma história magnífica de resiliência e abnegação em face das diásporas, dos sofrimentos e per-

seguições que sofreram na história. O antisemitismo é uma ideologia racista que precisa ser repudiada e interdita. Em 1948, receberam do mundo o direito de formar um Estado. Um direito negado aos palestinos, que passaram a ser dispersados, perseguidos e mortos pelo Estado judeu, por religiosos e por colonos judaicos. O que eles reivindicaram para si negam aos palestinos com tiros, bombas, fome e morte. A catástrofe (*nakba*) é a diáspora dos palestinos.

Não só o governo, não só os militares, mas muitos civis, associações religiosas e civis usam o antisemitismo como escudo para proteger o sionismo e a fascistização de indivíduos e grupos judeus. Usam o antisemitismo para refutar qualquer crítica aos crimes cometidos pelo governo e pelo Estado de Israel. É preciso denunciar e desmascarar essa estratégia manipuladora, pois ela é protetora dos crimes de guerra, do colonialismo, da usurpação de terras na Cisjordânia, da negação do direito de cidadania e dignidade dos palestinos.

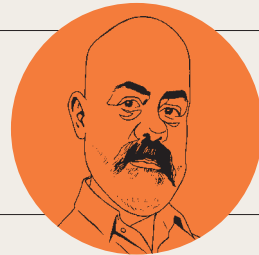
Os sofrimentos históricos dos israelitas e o Holocausto não autorizam as atrocidades cometidas em Gaza e as perseguições que o Estado de Israel vem perpetrando contra os palestinos. Os israelitas precisam reconhecer, ao povo palestino, direitos iguais aos que o mundo lhes garantiu.

Em termos percentuais, a Faixa de Gaza sofreu uma devastação maior que a Rússia, país mais destruído na Segunda Guerra Mundial. Israel deve ser responsabilizado e reparar essa destruição. A liderança civil e militar de Israel precisa ser julgada pelos tribunais internacionais pelos seus crimes, assim como líderes nazistas foram julgados e condenados. •

alfornazieri@gmail.com

CLAUDIO COUTO

Cientista político, professor da FGV EAESP, pesquisador do CEPESP FGV e do CNPq



Prêmio para a oposição

► Considerações sobre o Nobel da Paz concedido à venezuelana María Corina Machado

Causou comoção e muito debate a concessão do Nobel da Paz à líder opositora venezuelana María Corina Machado. A polêmica em torno da premiação deve-se à combinação de um conjunto de fatores: **1)** a atuação de María Corina na oposição ao chavismo; **2)** a homenagem prestada por ela a Donald Trump após o recebimento do prêmio; **3)** suas posições conservadoras; e **4)** outras suas posições controversas do Nobel.

Os dois últimos pontos não merecem consideração. Quanto ao conservadorismo, vale dizer que posições ideológicas à esquerda ou à direita não são critério para justificar ou não a premiação, pois tais preferências são legítimas em sociedades pluralistas. Quanto a outras premiações controversas (como os Nobel concedidos a Barack Obama ou Henry Kissinger), faz pouco sentido avaliar a escolha de agora com base nas outras. Se aquelas foram equivocadas, não é por isso que esta também será.

Vejamos os demais pontos:

A atuação na oposição venezuelana

Como adversária do chavismo, María Corina diversas vezes posicionou-se problemáticamente, como no efêmero golpe de Estado que, em 2002, apeou do poder por 48 horas Hugo Chávez – ele mesmo, aliás, um golpista fracassado. À época, a Venezuela já era uma protoditadu-

ra e o chavismo havia recorrido a vários expedientes autoritários para sufocar a oposição e concentrar poder. Foi assim na convocação de um plebiscito para estabelecer uma Assembleia Constituinte sem autorização legal para tanto. Foi, depois, com a própria Constituinte de ampla maioria chavista se convertendo num absolutismo eletivo, subordinando a si todos os demais poderes (e no Executivo estava Chávez) sob a alegação falaciosa de que a Constituinte era soberana (era para escrever uma Constituição, não para governar).

Quando aquele golpe ocorreu, contudo, a deterioração autoritária produzida pelo chavismo era ainda insuficiente para caracterizar o regime como plenamente autoritário, como hoje. A democracia erodia, mas ainda havia espaço para uma reversão democrática. Além de sua ilegitimidade, o golpe martirizou Chávez, conferindo-lhe uma aura de legitimação propícia a novos avanços autocráticos.

O tempo aprofundou o autoritarismo chavista e, *pari passu*, conduziu María Corina à condição de principal liderança da oposição venezuelana. Isso levou à sua escolha como candidata presidencial na última eleição e à atuação da ditadura para a impugnar. Tal situação e seu protagonismo na campanha de Edmundo González, candidato substituto, transformou-a na personificação da oposição democrática.

Homenagem a Trump

Nesse contexto, a homenagem prestada a Trump é profundamente contraditória. O Nobel da Paz conferido a María Corina foi expressamente fundamentado na defesa da democracia como instrumento da paz. Na justificativa do prêmio, o comitê norueguês destacou a importância da

resistência democrática aos retrocessos autoritários a ocorrer mundo afora. Ora, o presidente dos Estados Unidos destaca-se entre os líderes autocráticos democraticamente eleitos que mais tentam solapar a democracia, seja em suas próprias fronteiras, seja alhures.

A contradição fica ainda mais evidente quando María Corina agradece a Trump pelo que seria sua contribuição para a democracia (?!). Disse ela, em entrevista à BBC: “Pude expressar a ele nossa gratidão e o quanto o povo venezuelano está agradecido pelo que ele está fazendo, não apenas nas Américas, mas em todo o mundo, pela paz, liberdade e democracia”. A quê exatamente ela se referia? A enviar tropas federais a cidades governadas pela oposição sem seu consentimento? A demitir promotores atuantes em casos que o desagradaram? A estabelecer um glossário de termos e temas proibidos em órgãos públicos e universidades? Ou, quem sabe, a, como tem ocorrido conosco, investir contra o sistema de Justiça e a soberania de países que punem seus aliados autoritários?

O agradecimento e a homenagem a Trump contrariam o próprio sentido do Nobel da Paz que lhe foi concedido. Como ficou bem claro no comunicado do comitê, esse foi um louvor à função da oposição na democracia, que, aliás, María Corina desempenhou corajosamente na Venezuela. E, se há algo que Trump não tolera, e combate com violência, é quem lhe faz oposição. Como todo populista autoritário, tais como Hugo Chávez e Nicolás Maduro, Trump é inimigo do pluralismo e do direito de oposição, elementos essenciais e definidores da democracia. Há democracia quando há oposição. •

redacao@cartacapital.com.br

Traço de loucura

FRANÇA Macron mantém o confronto e reconduz Sébastien Lecornu, o breve, ao posto de primeiro-ministro

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

O presidente da França, Emmanuel Macron, continua a ignorar um dito popular. “Insanidade”, afirma o ditado, “é continuar a fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes.” Encurralado no beco sem saída em que ele mesmo se meteu, com 80% de desaprovação, Macron decidiu pagar para ver e reconduziu ao cargo de primeiro-ministro Sébastien Lecornu, derrubado pela Assembleia Nacional em 6 de outubro, após breves 14 dias no cargo. Um novo fracasso de Lecornu, tanto na montagem de um gabinete quanto na aprovação do orçamento, rejeitado pela maioria, provavelmente será a última pá de cal na governabilidade do Champs-Élysées.

Em tese, Macron governa um país que, ao lado da Alemanha, é um dos motores políticos, militares e econômicos da União Europeia. Na prática, a economia francesa está, no entanto, em frangalhos. É a terceira mais endividada do continente, atrás apenas da Itália e da Grécia. Em junho, a dívida chegou a alcançar 115,6% do PIB, em um cenário no qual o envelhecimento populacional e o rechaço à imigração formam o par perfeito para uma Previdência deficitária.

Lecornu, o último indicado para desatar o nó político-administrativo, mal esquentou a cadeira de primeiro-minis-

tro. Sua queda foi o reflexo de um impasse mais profundo, criado em 2024 na Assembleia Nacional, onde nenhum partido ou grupo político tem, desde então, maioria absoluta. O sistema francês mescla elementos de presidencialismo e parlamentarismo. O presidente é eleito pelo voto direto, mas depende do Congresso para emplacar o *premier*, cuja função é nomear os 34 ministros e coordenar os trabalhos executivos, como um chefe de governo. Se o presidente de turno tem maioria, não há problema. No caso de Macron, essa posição foi perdida em 2024.

Foi o próprio presidente quem, em um erro grosseiro de cálculo, antecipou as eleições daquele ano, certo de que obtería uma maioria tão contundente que lhe daria a chance de atravessar o segundo mandato em paz. Faltou combinar com os eleitores. Tanto a Reunião Nacional, de Marine Le Pen, de extrema-direita, quanto a França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, do setor mais radical da esquerda, tiveram melhor de-

sempenho do que o partido de Macron, que se tornou a terceira força parlamentar. Com isso, as duas pontas do espectro político-ideológico francês passaram a reivindicar o direito de indicar o primeiro-ministro. Macron prometeu negociar com ambos, mas enrolou o desfecho da crise durante meses, sob a alegação de que o país estava concentrado em realizar uma boa Olimpíada. Quando os jogos acabaram e a política voltou ao ritmo normal, o presidente ignorou a reivindicação dos opositores e indicou, sem maiores consultas e na sequência, três aliados. Michel Barnier durou três meses no cargo. François Bayrou ficou um pouco mais, nove meses, mas não resistiu ao rechaço à proposta de um orçamento austero e cedeu lugar a Lecornu.

Na batalha interminável, Lecornu passou à história como o recordista em brevidade. Mesmo assim, o presidente francês não deu o braço a torcer e reconduziu o pupilo ao cargo apenas quatro dias depois da queda, com a incumbência de apresentar um gabinete capaz de agradar a um número maior de parlamentares. Assim, Lecornu II, como tem sido chamado, voltou à carga, prometendo uma mudança completa na equipe. A estratégia é apresentar nomes “técnicos” ou ligados à sociedade civil. O manejo de fato alcançou pastas importantes, entre elas Interior, Trabalho e Educação, nas quais os indicados não são políticos, mas profissionais reconhecidos em seus respectivos ramos. Para o Ministério da Transição Ecológica, foi indicada Monique Barbut, atual presidente da ONG ambiental WWF.

O *retrofit* de Lecornu II não passa, no entanto, de maquiagem. Dos 34 indicados, 12 foram reconduzidos aos mesmos cargos que ocupavam anteriormente, enquanto outros seis tinham sido ministros de Macron em gabinetes passados. “Não tenho nenhuma ambição que não seja a de, simplesmente, sair dessa situação,

**A oposição
protocolou novas
moções de censura**



O presidente bate o pé. O indicado volta ao tablado

que é muito penosa para todo mundo”, afirmou o *premier*, apelando para que a Assembleia Nacional aceite seu gabinete e não o derrube outra vez. “É preciso que o governo possa ser livre. Quer dizer, sensível às questões partidárias, mas sem se tornar prisioneiro dessas questões.”

O apelo a uma espécie de união nacional, mesmo sem mencionar o termo, não encontrou eco em uma Assembleia Nacional em pé de guerra, com a extrema-direita e a esquerda empenhadas em ataques sistemáticos ao governo, com vistas às eleições presidenciais do próximo ano. Menos de 24 horas depois da recondução de Lecornu, os dois setores políticos mais expressivos da oposição protocolaram novas moções de censura, que podem

derrubá-lo de novo. “Além de uma crise securitária, migratória, econômica e orçamentária, nosso país está, desde o início do mês de setembro, numa crise política sem precedentes”, disse, em comunicado, o partido de Le Pen, prevendo que “só o retorno – do direito de decisão – ao povo permitirá a tomada das decisões políticas que levarão à saída dessas múltiplas crises”.

À esquerda, Jean-Luc Mélenchon disse que Macron “é a causa da crise política atual” e, por isso, deve ter o mandato abreviado, por decisão de dois terços da Assembleia Nacional. A respeito do risco de o cenário favorecer uma extrema-direita que não para de crescer e que poderia chegar à Presidência, o líder da Fran-

ça Insubmissa afirmou ser “preciso vencer o Reunião Nacional politicamente” e, para tanto, “é preciso uma ruptura total com o macronismo”.

A declaração de Mélenchon visa o eleitorado que votou em duas ocasiões em Macron como um mal menor, uma forma de evitar a chegada da extrema-direita ao poder. Le Pen está ineleável, pois foi condenada por desvio de fundos eleitorais, mas novas lideranças do partido, a começar pelo jovem Jordan Bardella, despontam.

Enquanto as eleições não chegam, a disputa é transferida para um Parlamento engessado, no qual ninguém tem força suficiente para suplantá-lo, e onde o imobilismo ameaça cada vez mais inviabilizar de vez o atual governo. •

O Lennon ativista

MÚSICA *Power to the People* recupera a fase em que o ex-Beatle e Yoko Ono flertaram com a esquerda radical norte-americana

POR EDUARDO MAGOSSI

O período de maior militância política do ex-beatle John Lennon é o foco do projeto *Power to the People*, que chegou às lojas e plataformas de *streaming* como parte das comemorações do que seria seu 85º aniversário. O lançamento é o primeiro de uma série de novidades que sairão do inesgotável baú dos Beatles antes do Natal (*ler texto à pág. 50*).

Em caixa que inclui nove CDs, três *Blu-rays*, livro e uma memorabilia com pôster, cartões-postais, adesivos e réplicas de ingressos, *Power to the People* é uma crônica do período de 1971 e 1972, quando Lennon e Yoko Ono flertaram com a nova esquerda radical norte-americana. De mudança de Londres para Nova York, procurando fugir da pressão provocada pelo fim dos Beatles, o casal deixou para trás o sonho utópico de *Imagine* e abraçou de vez a contracultura.

Ativistas radicais como John Sinclair, Jerry Rubin, Abbie Hoffman, os Panteiras Negras e Angela Davis passaram a fazer parte do círculo mais íntimo do casal, que ia a passeatas, manifestações e participava de shows beneficentes.

O álbum gravado pela dupla em 1972, *Some Time in New York City*, alicerce de *Power to the People*, abordava temas como busca da paz, justiça social e racial, a opressão do Estado contra a esquerda, do Reino Unido contra a Irlanda do Norte e da sociedade contra a mulher. Ago-





ra, ele é apresentado de forma “reimaginada”, como se lê no texto de apresentação – o que também pode ser entendido como um eufemismo para autocensura.

No disco original, a arte da capa imitava um jornal com as letras das músicas ocupando o lugar das notícias e ilustrações inusitadas e controversas. A letra de *We're All Water*, por exemplo, cantada por Yoko, dizia que as pessoas são as mesmas em todos os lugares, apesar de aparentes

O projeto destaca-se por reunir, em um só lugar, todo o material, quase todo inédito, de um período específico da vida do casal

diferenças, e foi ilustrada por uma montagem que mostrava os então presidentes dos EUA e da China, Richard Nixon e Mao Tsé-tung, dançando juntos e pelados.

Controvérsia muito maior foi provocada pela música de trabalho do disco, *Woman Is the Nigger of the World*, algo como “a mulher é o escravo do mundo”, que usava a palavra *nigger*, altamente ofensiva para os negros, para descrever a opressão feminina.

Cunhada por Yoko em uma entrevista, a frase virou manchete da revista *Nova* em março de 1969. Em 1972, Lennon usou-a como título da canção polêmica em que comparava a opressão racial à opressão de gênero. As rádios não tocaram, a gravadora Apple recusou-se a promovê-la no Reino Unido e a música e o correspondente álbum obtiveram pouca repercussão.

Na caixa, contudo, enquanto a foto de Nixon e Mao aparece na forma de um adesivo inofensivo, *Woman Is the Nigger of the World* foi totalmente limada do conjunto de 123 faixas, das quais 90 inéditas. A opção causou espanto entre fãs e críticos.

Sean Ono Lennon, filho de John e Yoko, supervisor do projeto, disse que a exclusão não é censura, mas reflexo cultural da atualidade, que não admite o uso da palavra de conotação racista. Sean reconhece que a forma como seus pais usaram o termo é significativa e justificável, mas diz que sua opinião não espelha o sentimento geral da sociedade.

Em versos como *Nós dizemos que ela deveria ficar apenas no lar/ e depois reclamamos que ela é desinteressante demais para ser nossa amiga, ou Se ela não fizer o que queremos/ dizemos que não nos ama,*

Contracultura. Com CDs, Blu-rays, livro e uma grande memorabilia, a caixa *Power to the People* revela-se, no conjunto, uma crônica de 1971 e 1972





Memorabilia.

À esq., a capa do álbum que serve de alicerce ao novo lançamento e os Lennon em registro dos concertos conhecidos como *One to One*, feitos em 1972

Lennon deu visibilidade à opressão sofrida pela mulher também no casamento.

A exclusão de uma canção musicalmente forte apenas pelo uso de uma palavra levantou algumas questões. Não seria melhor deixar a decisão de ouvir ou

não ouvir para o consumidor? Ou manter a canção explicando sua origem e suas implicações em notas?

Em 2018, na exposição *Double Fantasy*, realizada no Museu de Liverpool, focada na obra do casal Ono Lennon, uma se-

ção foi dedicada à música *Woman Is the Nigger of the World*, apresentada de forma contextualizada, e não causou maior comoção. A ausência da faixa, de toda forma, não tira o brilho do projeto.

Um dos aspectos mais valiosos da

... E O BAÚ SEGUE A SER ABERTO E REMEXIDO

Em novembro, outros dois lançamentos movimentam a beatlemania: o quarto volume da série *Anthology* e *Wings*, com sucessos da segunda banda de Paul McCartney

A partir de 1966, quando decidiram parar de fazer shows, os Beatles passaram milhares de horas no estúdio. Algumas vezes, eles gravaram mais de 40 takes (versões) de uma música até chegar à versão final.

Apesar de, nos últimos anos, os álbuns da banda terem sido relançados em versões de luxo, trazendo o disco original mais versões demo e alternativas, ainda existe muito material inédito, inclusive com expectativas de músicas inéditas – ou seja, não apenas de diferentes versões.

Sabe-se, por exemplo, que existe uma música chamada

Carnival of Light, que ninguém nunca ouviu, mas que foi gravada em 1967, na mesma sessão em que foi registrada *Penny Lane*. No caso de John Lennon, em particular, são tantos os takes que algumas caixas possuem um CD chamado *Evolution*, que traz desde o primeiro demo até a versão final, esmiuçando o caminho da construção da música.

Por essas e outras, o adjetivo “inesgotável” é comumente atrelado ao acervo da banda inglesa. E neste fim de ano, na esteira de *Power to the People*, há mais coisas a caminho.

Outro lançamento, menos excitante, é o quarto volume

da série *Anthology*, que reúne novos takes de músicas conhecidas e já exploradas em outros volumes. Algumas versões são as mesmas das caixas de luxo de álbuns lançados na última década. A remasterização das faixas esteve a cargo de Giles Martin, filho do lendário produtor da banda, George Martin, que vem trabalhando na atualização do som dos Beatles.

O *Anthology 4*, que será lançado em 21 de novembro, traz 36 faixas, das quais só 13 inéditas, entre elas uma versão alternativa de *All You Need Is Love*, gravada durante os ensaios do programa da BBC que

inaugurou as transmissões mundiais por satélite em 1967. Há ainda versões das músicas que os três Beatles restantes gravaram nos anos 1990 a partir de fitas cassete deixadas por Lennon.

Gravadas com a tecnologia existente na época, *Free as a Bird* e *Real Love* tiveram as deficiências sonoras reduzidas de forma expressiva com os recursos disponíveis hoje. Giles também remasterizou os três volumes anteriores do *Anthology*, que estarão disponíveis em uma caixa. E a partir de 26 de novembro volta ao canal Disney Plus, em versão expandida, a série

caixa é a remixagem feita nas faixas, que deixou algumas músicas mais coesas e com ritmo mais forte. *John Sinclair*, sobre a prisão do ativista, e *Sunday Bloody Sunday*, sobre um atentado na Irlanda, foram alongadas. As harmonias de *Angela* surgem mais pronunciadas.

O som, no geral, ficou mais limpo e os instrumentos mais definidos – alguns ganharam importância, enquanto outros sumiram, caso do saxofone no início de *Sunday Bloody Sunday*. Com novo título de *New York City*, o remix atual retirou o excesso de produção do disco original, deixando o som mais limpo e sóbrio.

Os dois shows realizados em prol de uma entidade de apoio à educação de crianças com problemas de aprendizado em 30 de agosto de 1972 estão presentes

em três CDs. Conhecidos como concertos *One to One*, eles são tema de um documentário lançado nos cinemas IMAX dos EUA e Europa no início do ano.

Embora fizesse parte do roteiro desses shows, *Woman is the Nigger of the World* também foi cortada das versões ao vivo. Os demais CDs registram shows realizados em prol do Unicef, da libertação de John Sinclair, para arrecadar fundos para as famílias dos prisioneiros mortos na re-

O projeto tem sido criticado por limar uma canção na qual é usada a palavra *nigger*

volta do complexo penitenciário de Attica State, em dezembro de 1971, entre outros.

Também foram incluídos registros históricos de Lennon cantando clássicos de rock que ficaram famosos nas vozes de Elvis Presley e Fats Domino.

Apesar de não estar presente na caixa, a faixa não foi retirada dos serviços de *streaming*. Ela continua disponível para ser ouvida dentro de seu álbum original, *Some Time in New York City*, que, segundo o crítico Andrew Dixon, deve ser reeditado no próximo ano, no Japão.

Power to the People, além de revelar mais detalhes do caráter político da obra de Lennon, acaba por expor suas inspirações e a evolução de seu trabalho. Muitas vezes, os bastidores de um álbum produzem obras tão cativantes quanto aquilo que nos é revelado. •

Anthology, transmitida pela primeira vez em 1995.

O projeto *Anthology* – que envolve a série e três volumes de CDs duplos – remonta a um momento de retomada da beatlemania, nos anos 1990, e à aparição oficial de material alternativo do grupo pela primeira vez.

Também em novembro, no dia 7, será lançado *Wings*, uma coleção de sucessos da segunda banda de Paul McCartney, que existiu entre 1972 e 1979, e contava com Linda McCartney e Denny Laine como principais membros.

Com 22 milhões de álbuns vendidos, a banda lançou sucessos como *Live and Let Die*, *Band on the Run*, *My Love* e *Silly Love Songs*, todos presentes na compilação, que estará disponível em dois CDs ou três LPs coloridos.

Com os discos, será lançado o livro *Wings: The Story of a Band on the Run*, escrito por McCartney com base em cerca de 42 horas de entrevistas inéditas, que conta a história da banda desde os primeiros shows universitários até a conquista de grandes estádios ao redor do mundo. Ape-

sar de preguiçosa e sem nada inédito, a compilação traz algumas preciosidades como a versão do compacto de *Venus and Mars/Rock Show*, bem diferente da original do álbum, e o lado *B C Moon*.

McCartney é o mais reticente dos Beatles em lançar material inédito de seus ar-

quívios. Mas *Wings* é uma experiência interessante por fazer um recorte em uma fase importante de sua carreira, sem interferência de músicas de sua produção solo. O projeto peca, contudo, pela ausência do rico arsenal sonoro oferecido por *Power to the People*, de Lennon. – EM



Inesgotável. A banda Wings (à esq.) existiu entre 1972 e 1979 e contava com Linda McCartney. *Anthology 4* é a menos empolgante das novidades

O que é experimental?

LIVROS *Berg*, de 1964, e *As Meninas do Laranjal*, de 2023, revelam de que forma o conceito de “difícil” evolui na literatura

POR KELVIN FALCÃO KLEIN

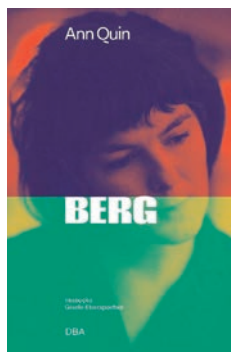
O que é “experimental” em cada época? A literatura no século XX nasce sob o signo da vanguarda, com obras – como aquelas de Virginia Woolf ou Marcel Proust – que rompem com as regras tradicionais. São trabalhos que usam uma linguagem não convencional, estruturas fragmentadas e processos psicológicos descontínuos.

Esses elementos repercutem na cultura desde então e dois romances lançados recentemente no Brasil dão o ensejo a uma reflexão sobre esta pergunta: *Berg*, de Ann Quin, e *As Meninas do Laranjal*, de Gabriela Cabezón Cámara.

Primeiro romance da escritora inglesa Ann Quin (1936–1973), *Berg* foi publicado em 1964. O protagonista parte em uma jornada para encontrar e matar seu pai; seu primeiro passo é embaralhar a própria identidade, invertendo seu nome e se apresentando às pessoas como “Greb”.

A escritora argentina Gabriela Cabezón Cámara lançou *As Meninas do Laranjal* em 2023. A narrativa se passa no início do século XVII e segue Antonio, nascido Catalina, que se transforma em soldado no Novo Mundo depois de ter sido monja no Velho.

O experimentalismo de *Berg* está nas estratégias de apresentação das oscila-



BERG

Ann Quin. Tradução: Gisele Eberspächer. DBA (184 págs., 76,90 reais)



AS MENINAS DO LARANJAL

Gabriela Cabezón Cámara. Tradução: Sílvia Massimini Félix. Companhia das Letras (216 págs., 89,90 reais)

ções do estado mental de seu protagonista. Até que ponto podemos confiar na “realidade” daquilo que acontece no romance? As cenas são fruto dos delírios do protagonista ou são compartilhadas por outros personagens?

Alguns eventos importantes da narrativa são desmentidos na progressão da história – e é precisamente essa instabilidade que marca a experiência de leitura do romance de Ann Quin. Com frequência, sem aviso prévio, as impressões subjetivas do protagonista invadem a descrição da realidade externa, dificultando uma definição restrita do que é “fora” ou “dentro”, “percepção” e “projeção”.

No caso de *As Meninas do Laranjal*, o experimentalismo não está no ensemblesmamento de uma subjetividade, e sim na multiplicação de vozes e registros de existência apresentados.

Querendo retribuir aquilo que acredita ter sido um milagre da Virgem do Laranjal, o soldado Antonio foge de sua caserna, levando consigo duas crianças indígenas que seu superior mantinha presas. Durante a fuga, ele escreve uma carta para a tia, que está na Espanha, atravessando a floresta com as crianças, dois macacos e dois cavalos.

Gabriela mescla não apenas o espanhol ao latim e a alguns vocábulos em guarani, mas essas três vidas humanas ao fogo, à chuva, às árvores, aos sons e aos animais.

Se *Berg* responde a certa dimensão descarnada da experiência humana nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, *As Meninas do Laranjal* responde à onda de reivindicações de visibilidade por parte de estratos recalçados dessa mesma experiência.

Ann Quin resgata a densidade psicológica de Virginia Woolf e a geometrização estruturada de Samuel Beckett. Gabriela Cabezón Cámara revisita tanto a história colonial quanto o romance histórico,



A linguagem e sua época. Enquanto a inglesa Ann (acima) registra as oscilações do estado mental do protagonista, a argentina Gabriela multiplica as vozes narrativas



abarcando a “cosmovisão vitalista” dos mbiás-guaranis, como registra ela própria nos agradecimentos.

Não há texto sem contexto. E todo experimentalismo opera a partir de certos preceitos tácitos que variam no tempo e no espaço.

Berge As Meninas do Laranjal, mesmo com suas diferenças, convergem nesse ponto: ao reinventar a linguagem e nossas modalidades de reflexão psicológica, a literatura também registra, de forma oblíqua, os limites daquilo que pode ser tomado por “excêntrico” ou “difícil”. •

VITRINE

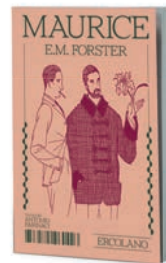
POR ANA PAULA SOUSA



Após o sucesso de *Impostora: Yellowface*, a sino-americana R.F. Kuang escreveu **Katábasis** (Intrínseca, 480 págs., 69,90 reais), definido, no material de divulgação, como um livro “que une romance, lógica, filosofia e as mitologias grega e chinesa” para tratar de misoginia e estruturas de poder.



A Todavia publica este mês **Sobre o Cálculo do Volume 3** (168 págs., 99,90 reais) dando seguimento à septologia da dinamarquesa Solvej Balle. A protagonista da saga é uma mulher que está presa no dia 18 de novembro. O artifício presta-se a uma reflexão sobre a memória e o tempo.



Escrito na primeira década do século XX, **Maurice** (336 págs., 125 reais), de E.M. Forster, só foi editado em 1971. A demora, reflexo do tabu em torno da homossexualidade, contribuiu para tornar a obra um marco da literatura queer. A Ercolano relança-a agora em nova tradução e capa dura.



Uma epifania com 250 obras

EXPOSIÇÃO A ARTE DE AMAR, A ARTE DE RESISTIR, EM CARTAZ NO PAÇO IMPERIAL, NO RIO, REVISITA A GRANDEZA DE MARIA BONOMI

POR LENEIDE DUARTE-PLON

No ano em que a artista plástica Maria Bonomi completa 90 anos, somos presenteados com a retrospectiva *A Arte de Amar, a Arte de Resistir*, em cartaz no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, até 16 de novembro.

A curadoria é de Paulo Herkenhoff e Maria Helena Peres Oliveira, companheira de vida da artista, homenageada com obras de uma força extraordinária na Sala 10, chamada *Eros e Civilização*.

Gravadora, escultora, pintora, mura-

lista, curadora, figurinista, cenógrafa e professora, Maria Bonomi é, entre os artistas brasileiros vivos, um dos nomes mais representativos do gênio que explodiu sem limites ao Sul do Equador, neste país chamado Brasil.

No Paço, cada uma das 11 salas da exposição é um deslumbramento de cores e formas. Em diversos trabalhos, Maria propõe uma interação com o visitante, que pode tocar, experimentar texturas e agir sobre a obra.

Impacto visual. *Amor Inscrito* é uma das obras presentes na retrospectiva que celebra os 90 anos da artista, um dos grandes expoentes da gravura no Brasil

Dentre os 250 trabalhos está uma de suas mais recentes obras de caráter político: *Réquiem para os Tombados da Covid-19* (2021).

O engajamento político da artista foi revelado, no início dos anos 1970, com *Balada do Terror*, feita para homenagear Dulce Maia e todos os torturados pela ditadura brasileira. É difícil ficar indiferente a essa obra e a outras do mesmo período – quando ela própria foi presa por assumir posição contra a censura e denunciar a tortura.

No Paço, a sala toda vermelha com a obra *Super Quadrante (Amor Inscrito)* tem um grande impacto visual e remete a *Desvio para o Vermelho*, de Cildo Meireles, que está em Inhotim (MG).

Vanguardista da gravura brasileira, além de escultora e muralista, Maria Bonomi é uma artista premiadíssima no Brasil e em diversos países, como a França, onde recebeu o prêmio de Gravura na Bienal de Paris de 1967. Ela participou de nove edições da Bienal de São Paulo e de duas edições da Bienal de Veneza.

Ao se tornar aluna de Lívio Abramo, em 1954, Maria Bonomi descobriu sua verdadeira paixão: a gravura. Essa escolha a levou a ilustrar livros de Hilda Hilst, Cecília Meireles e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. A técnica está, obviamente, muito bem representada no Paço.

A Arte de Amar, a Arte de Resistir mostra ainda, em fotos, a obra de Maria Bonomi em murais de arte pública, como aquele de mais de 70 metros de comprimento na Estação da Luz, em São Paulo, e a belíssima instalação feita para o Memorial da América Latina, a convite de Oscar Niemeyer. •

Quão difícil é partir, quão difícil é ficar

LIVRO HORAS AZUIS NARRA O CONTATO VIRTUAL ENTRE UMA MÃE E UMA FILHA SEPARADAS POR 6,5 MIL QUILOMETROS DE DISTÂNCIA

POR ANA PAULA SOUSA



Bruna ganhou, em 2023, o National Book Award de melhor tradução

Em 2023, quando ganhou o National Book Award de melhor tradução para *A Palavra Que Resta*, de Stênio Gardel, a escritora Bruna Dantas Lobato já trabalhava em *Horas Azuis*, seu primeiro romance. Embora ela tivesse, antes, vertido para o inglês obras como *O Aveso da Pele*, de Jeferson Tenório, e *Morangos Mofados*, de Caio Fernando Abreu, foi com o prestigioso prêmio que seu nome despontou no meio literário.

Não chegou a ser surpresa, portanto, a ótima acolhida que teve sua estreia, com *Horas Azuis*, que foi lançado na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) e vem, desde então, recebendo os louros que merece.

Filha de mãe solo nascida no interior da Paraíba e criada em Natal (RN),

Bruna contou, em uma entrevista dada a *CartaCapital* logo após o National Book Award, que começou a aprender inglês sozinha. Na adolescência, ela ganhou a concorridíssima bolsa do Programa Jovens Embaixadores, do Departamento de Estado dos EUA.

Começava a ser ali pavimentado o caminho real da jovem brilhante que se tornaria aluna bolsista numa universidade norte-americana. *Horas Azuis*, o romance, começa justamente com a chegada da narradora a um *campus*.

De cara, ao quarto das colegas, “cheio de si, transbordando com estampas, formas, recordações”, contrapõe-se o seu, com lençóis brancos e um solitário abajur azul-marinho. E às imagens dos fil-



HORAS AZUIS

Bruna Dantas Lobato. Companhia das Letras (144 págs., 79,90 reais)

mes de adolescentes norte-americanos contrapõe-se a cena recorrente de uma filha que, quando não está na biblioteca, entre estantes de livros, está no quarto, no Skype, a falar com a mãe.

O eixo da narrativa é a relação entre uma mãe e uma filha separadas por 6,5 mil quilômetros de distância física e uma imensurável distância de experiências. Pela janela do Skype, vê-se o céu muito azul e o sol muito forte. Pela janela do quarto, os pinheiros do lado, as folhas secas no chão, os flocos de neve a cair.

O livro divide-se em três partes: *filha, mãe e reencontro*. Cada uma delas tem um ritmo e um tom. É como se o relato fluísse de uma tensão delicada, construída a partir da expectativa em torno do devir, a um flerte com os romances de formação.

“Qual seria a soma dessas pequenas mudanças?”, pergunta-se a jovem, diante do que a autora chamará a certa altura de “duas vidas” – título do livro em inglês, inclusive. “Em quem e no que eu estava me tornando, e com tanta facilidade?”

Seja ao escutar a voz morna da mãe seja ao escrever, Bruna parece buscar dar forma às lembranças de quem era para, assim, também entender quem se tornou. Nesse pêndulo, a narrativa de *Horas Azuis* não só nos embala como faz com que nos vejamos refletidos nela. •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



O teste no Oriente

► O maior adversário da nossa Seleção em relação à Copa de 2026 é, sem dúvida nenhuma, o tempo

Depois dessa viagem da Seleção Brasileira pelo Extremo Oriente, nas circunstâncias em que se deu, a ressaca vai durar um bocado, mas o resultado da excursão pode ter sido o melhor possível. O maior adversário da nossa Seleção em relação à Copa de 2026 é, sem dúvida nenhuma, o tempo.

É de se admirar a coragem do técnico Carlo Ancelotti em assumir a Seleção nestas condições e dos dirigentes da CBF em contratar o técnico de futebol mais experiente e valorizado do momento. Agora, é encarar.

A derrota inédita para o time do Sol Nascente tem valores a serem pensados, a começar pela qualidade da sua seleção, já classificada para o Mundial, e que é muito bem organizada, como é típico dos nipônicos. Aqueles jogadores com cara de juvenis estavam bastante azeitados.

Entre eles, o camisa 10 é um cracaço à moda sul-americana, com iniciativa própria e liberdade para atuar, contrariando aquela imagem antiga de cumpridores de função que, ironicamente, têm passado para o nosso lado nos últimos tempos.

Podemos ter sido salvos da falsa ilusão da goleada contra o outro time asiático, uma onda que parece ter contaminado a

Seleção após os 2 a zero sensacionais que fizemos no primeiro tempo, lá no Japão.

Mas o gol sofrido no começo do segundo tempo desestabilizou completamente a equipe. Essa quebra pode ter sido o maior ganho no processo de construção desta Seleção: afastar qualquer ideia de desatenção, trazer de volta a imagem de Nelson Rodrigues lembrando as “sandálias da humildade” e a máxima popular de que “o jogo só acaba quando termina”.

É aqui que cabe uma reflexão das mais interessantes do futebol: o tal resultado parcial de 2 a zero, um tormento na cabeça dos jogadores. À primeira vista, ele parece cristalizar uma superioridade resolvida, mas é aí que surge a situação mais intrigante do jogo: continuar igual e fazer o terceiro gol, consolidando a vitória, ou sustentar a vantagem, arriscando o que parecia certo ao sofrer um gol, algo sempre provável entre grandes adversários.

Exatamente o oposto do que ocorre com o adversário, que pode desanimar e tomar o terceiro ou se incendiar com a chance de virada – uma das coisas mais empolgantes do futebol. No entanto, a intensidade dos tempos modernos já não nos permite ver os famosos “olés” dos times seguros de si que impunham a superioridade garantida.

Entre tantas observações que a viagem propiciou, ficou evidente que Ancelotti aplicou a necessidade, insistentemente anunciada, de avaliar a personalidade e o comportamento emocional dos convocados.

Ele pôde testar diferentes formas de

compor o time, por exemplo, jogar sem pontas e sem centroavantes autênticos ao mesmo tempo, compensando com muita movimentação, como aconteceu no primeiro tempo.

Outra iniciativa importante foi a de pressionar o adversário desde o início, em vez de permitir que a velocidade conhecida deles nos obrigasse a recuar e jogar em contra-ataques.

A situação criada com os três gols sofridos em menos de 20 minutos na segunda etapa atingiu até mesmo o caledado treinador, como mostrou a imagem excepcional naquele momento do jogo.

No fim das contas, foi o menor prejuízo possível. Agora é hora de colocar a “viola no saco” e tirar desse resultado doloroso as conclusões que podem abrir um novo tempo para o nosso futebol.

Era, afinal de contas, o que se buscava nesta fase de avaliações: conhecer melhor os atletas e encontrar um conjunto sólido para o próximo Mundial. Daí a conclusão de que o tempo é mesmo o nosso maior adversário.

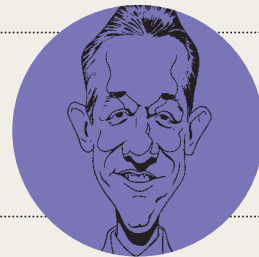
A reação de Ancelotti – que falou em “uma boa aula para o futuro” – e dos jogadores também foi boa diante da catástrofe. O lado esquerdo da nossa defesa evidenciou grande fragilidade, outra boa situação a ser analisada. O momento é este. Afinal, o objetivo dessa jornada era testar, não era?

A Seleção correu riscos e aprendeu. Equivocados são os que, depois do jogo contra a Coreia, anunciaram que essas apresentações já mostravam um futebol “consistente e competitivo”. •

redacao@cartacapital.com.br

ARTHUR CHIORO

Médico sanitaria e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



Agora tem mesmo

► O programa Agora Tem Especialistas concilia regulação estatal, inovação tecnológica e cooperação federativa

O presidente Lula sancionou, em 7 de outubro, a Lei nº 15.233, instituindo sua principal aposta para reduzir o tempo de espera por consultas, exames e procedimentos especializados no SUS.

O programa traz inovações importantes. Hospitais privados, com ou sem fins lucrativos, e operadoras de planos de saúde poderão prestar atendimentos observando as regras e princípios do SUS. As especialidades e os atendimentos prioritários, bem como os valores e as normas operacionais, serão definidos pelo Ministério da Saúde.

Hospitais e operadoras em débito com a seguridade social poderão utilizar créditos devidos para compensar tributos federais, inclusive inscritos em dívida ativa da União, ou ressarcimentos ao SUS por serviços prestados aos seus beneficiários. Assim, usufruirão dos créditos financeiros correspondentes aos atendimentos realizados.

As instituições participantes deverão registrar os atendimentos no sistema de informações do SUS e renunciar a eventuais impugnações ou recursos administrativos relativos aos débitos existentes. Em caso de irregularidades, a lei prevê multa de até 20% do valor do crédito indevido, além da devolução dos tributos com-

pensados. O limite anual de recursos destinados ao programa é de 2 bilhões de reais.

Os atendimentos especializados poderão ocorrer presencialmente ou por telemedicina, que deverá garantir rastreabilidade, registro em prontuário eletrônico, integração aos sistemas nacionais de informação e acessibilidade em todo o território nacional, com prioridade para regiões remotas ou carentes de médicos especialistas.

O SUS passa a contar com estruturas operacionais de instituições públicas vinculadas ao Ministério da Saúde para apoiar ações emergenciais em situações de grande demanda e longas filas, reforçando sua capacidade de resposta. Ao lado da Ebserh, que faz a gestão de 45 hospitais universitários federais, essas instituições poderão executar diretamente ações do Programa, cooperando com estados e municípios.

Para garantir eficiência e transparência na gestão das filas e alocação de recursos, instituiu-se um sistema nacional de dados sobre o tempo médio de espera para consultas, exames e demais ações especializadas. As secretarias estaduais e municipais de Saúde deverão registrar e enviar, obrigatoriamente, as informações ao Ministério da Saúde. Novas habilitações, credenciamentos ou reajustes de valores só serão concedidos aos entes federativos que cumprirem essa exigência.

A lei prioriza medidas para reduzir o tempo de espera e ampliar o acesso aos usuários do SUS ao tratamento oncológico e dialítico. Serão implantados painéis de monitoramento e os serviços de radioterapia e diálise deverão informar periodicamente a relação entre oferta e demanda.

Pacientes diagnosticados com câncer

ou doença renal crônica que realizem tratamento fora do domicílio terão garantido transporte sanitário adequado e pagamento de diárias para custear alojamento e alimentação durante o tratamento.

Institui, ainda, o Projeto Mais Médicos Especialistas, voltado à fixação de médicos especialistas em regiões prioritárias, do qual poderão participar apenas profissionais formados em instituições brasileiras ou com diploma revalidado no País, certificados como especialistas e selecionados por meio de editais públicos.

Eles receberão bolsa-formação e demais benefícios equivalentes aos do Programa Mais Médicos para o Brasil. Aqueles que atuarem na Amazônia Legal, em Territórios Indígenas ou em áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica terão direito a adicional sobre a bolsa, incentivando a presença de profissionais qualificados em regiões historicamente desassistidas.

O programa Agora Tem Especialistas representa um esforço para articular o público e o privado em benefício do SUS, sem abdicar dos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Ao ampliar a oferta de especialistas, modernizar o uso de dados e integrar diferentes esferas do sistema, o governo busca reduzir desigualdades no acesso à atenção especializada e garantir mais rapidez e qualidade no atendimento.

Com a nova lei, o País dá um passo relevante para fortalecer o SUS, conciliando regulação estatal, inovação tecnológica e cooperação federativa. As condições estão dadas para que o sistema avance ainda mais na efetivação do direito à saúde como um bem público e uma conquista civilizatória. •

redacao@cartacapital.com.br



POLÍTICA NA VEIA



Política na Veia é o podcast semanal de política da CartaCapital. A cada semana, Sergio Lirio (CartaCapital), Claudio Couto (*Fora da Política não há Salvação*) e Luis Nassif (GGN) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.



SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA **POLÍTICA NA VEIA**

TODA QUARTA-FEIRA,
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.



Carta

ines249



Diogo,
paciente
da AACD

Confiamos no
FUTURO
Confiamos em
 Você

Há 75 anos, a AACD acredita
na força da sua doação para
transformar vidas.



Doe pelo

PIX: doeteleton@aacd.org.br
ou 11 94311 0144